

José Carlos Meneses Rodrigues

**O património edificado dos
brasileiros em Fafe e a
consonância com roteiros**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Porto
2021**

Ficha técnica

Título

O património edificado dos brasileiros em Fafe e a consonância com roteiros

Autor

José Carlos Meneses Rodrigues

Supervisor: Prof. Dr. Jorge Alves

Editor

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Local de edição

Porto

Ano de edição

2021

SUMÁRIO (Índice)

Introdução	03
1. A emigração: legislação, inquéritos e relatórios desde 1836...	07
1.1 O inquérito à emigração em 1843	12
1.2 Os relatórios dos governos civis (1855-1876)	17
1.3 Primeiro inquérito da emigração portuguesa (1873)	18
1.4 A emigração como <i>força civilizadora</i> : Eça de Queirós como diplomata	18
1.5 Dos condicionalismos de finais do século XIX à II Guerra Mundial	23
2. O <i>brasileiro</i>: ridículo e outros epítetos na visão dos literatos	27
3. O <i>brasileiro</i> e o desenvolvimento da vila de Fafe	41
3.1 Da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX	41
3.2 Os <i>brasileiros</i> na composição económico-social e administrativa de Fafe em 1909	43
4. Roteiros para a eleição da memória dos <i>brasileiros</i>	50
4.1 R1. As habitações dos <i>brasileiros</i>	51
4.2 R2. Espaços religiosos, de assistência, sociais, culturais e de lazer	57
4.2.1 Igreja nova de S. José	57
4.2.2 Hospital da Misericórdia de Fafe	58
4.2.3 Jardim ou passeio público do Calvário	61
4.2.4 O museu da emigração: comunidades e luso-descendentes	62
4.3 R3. Património industrial: a mais jovem tipologia patrimonial	64
4.3.1 R3. Os empreendimentos <i>brasileiros</i> na Rota do Património Industrial do Vale do Ave	68
4.3.1.2 Pioneirismo têxtil em Fafe (1873): a fábrica do Bugio (S. Martinho de Silvaes)	68
4.3.1.3 Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (1886) - Ferro	69
4.4 A presença dos <i>brasileiros</i> na inauguração do caminho de ferro (1907): Guimarães-Fafe	71
5. O futuro com a promoção da rota da saudade	72
Conclusão	75
Referências bibliográficas	77
Mapas	
Mapa 1	42
Mapa 2	50
Quadros	
Quadro 1	45

Resumo

Os objetivos principais da investigação recaíram no contributo para o reconhecimento da memória *brasileira* em Fafe mediante o estabelecimento de roteiros: R1 - As habitações dos *brasileiros*; R2 - Espaços religiosos, de assistência, sociais, culturais e de lazer; R3 - Património industrial (fábricas do Bugio e do Ferro) e na utilização das ferramentas da nova era tecnológica nas unidades hoteleiras do Vale do Ave (Guimarães, Braga), Porto e cidades brasileiras onde se estabeleceram os emigrantes portugueses. A metodologia incidiu nos estudos referentes ao *brasileiro* torna-viagem do norte do país e em algumas obras generalistas. Um dos pontos interessantes foi a visão dos escritores do século XIX sobre o *brasileiro*, foco de narrativas acintosas, principalmente provenientes de Camilo Castelo Branco e de Eça de Queirós. No entanto, é indubitável o seu desempenho altruísta e empreendedor como se exemplifica com o hospital de S. José e as fábricas têxteis do Bugio e do Ferro. Como conclusão principal relevamos a importância da cidade de Fafe nos destinos dos brasileiros onde poderão encontrar sinais de ascendentes e reconhecer uma arquitetura eclética ainda existente no Brasil.

Palavras-chave: Emigração; Legislação; *Brasileiro*; Arquitetura; Roteiros.

Abstract

The main objectives of the investigation were to contribute to the recognition of the *Brazilian* memory in Fafe through the establishment of routes: R1 - The *Brazilians* houses; R2 - Religious, assistance, social, cultural and leisure spaces; R3 - Industrial heritage (Ferro and Bugio factories) and use of tools of the new technological age in the hotel units of Vale do Ave (Guimarães, Braga), Porto and *Brazilian* cities where Portuguese emigrants settled. The methodology focused on studies related to *Brazilians* in the north of the country and on some generalist studies. One of the interesting points was the view of the 19th century writers about the *Brazilian*, the focus of striking narratives, mainly by Camilo Castelo Branco and Eça de Queirós. However, his altruistic and entrepreneurial performance is undoubtedly exemplified by the hospital of S. José and by the textile factories of Bugio and Ferro. As a main conclusion we highlight the importance of the city of Fafe in the destinations of Brazilians where they can find signs of ascendancy and recognize an eclectic architecture that still exists in Brazil.

Keywords: Emigration; Legislation; *Brazilian*; Architecture; Routes.

Introdução

Mattoso, Daveau e Belo (2010, pp. 9-10; 15) traçaram um retrato de Portugal “metafórico”, procurando mais a interpretação do que a descrição. A terra e os homens como ponto de partida para o estudo das regiões. Aos “minhotos” fora dado o privilégio da correspondência vaga às teorias da origem gótica, suévica ou céltica dos “verdadeiros” portugueses. E os historiadores dos séc. XIX e XX dividiram-se nas suas teses. Para a obra que vimos seguindo, não existe nenhuma realidade étnica a nível nacional, apenas a língua, todos os outros são de âmbito regional. O Minho (aludem, frequentemente, à denominação antiga – Entre Douro e Minho) é dominado pelo “tempo curto”; não permanece quase imóvel como Trás-os-Montes; as gerações sucedem-se umas às outras, criando sempre algo de novo; está “em renovação constante” continuando, todavia, igual a si mesmo.

Ora, em Fafe, o início do Baixo Minho, que corresponde àquela dinâmica, mas que não merece uma única referência de Mattoso, Daveau e Belo (2010) no tocante ao que a transformou: é a emigração para o Brasil que o norte dominou e, concretamente, Fafe (vila, na época) que se alcandorou a um lugar privilegiado económica, social e cultural pela vontade do *torna-viagem*.

Acerca da emigração do Noroeste para o Brasil, a representação mais persistente nos meados do século XIX é da expansão capilar através das redes familiares e de vizinhança: "A razão da maior emigração da gente do Minho encontra-se facilmente no grande numero de negociantes e lojistas d'essa Província, que hoje se acham estabelecidos no Rio de Janeiro, e n'outros portos, os quaes pelas suas relações de parentesco, vizinhança e amizade atrahem muitos mancebos aquella corte, onde são quase exclusivamente empregados como caixeiros em lojas e armazens" (Alves, 1993, p. 406).

O retorno de emigrantes do Brasil, na segunda metade do século XIX, teve um impacto muito significativo na História e Cultura portuguesa, facto que relativiza o *brasileiro* de epítetos e apreciações tão pejorativas, como registaram Eça, Camilo e tantos outros. O Portugal rústico transforma o seu urbanismo e moderniza-se (o quadro de Fafe, em 1909, ilustra o desenvolvimento da vila à custa da influência do *brasileiro*), designadamente a construção de edifícios, estradas, presença nos

órgãos de administração pública, na fundação de bancos e casas comerciais, na proliferação do telégrafo trazendo para Portugal o que o Rio de Janeiro instituíra como indicador de modernidade (Alves, 2007).

Em 1993, Alves, faz a apologia da “saudade” e do ressentimento, poi o retorno terá diminuído o impacto do efeito da emigração, embora sem compensar os anos de “vazio” demográfico. Há uma imagem baseada na ideia de que o português abandona a pátria e se dissemina pelo mundo, adaptando-se à diversidade de culturas, mas também a “contraimagem do retorno a contrabalança” (p. 403). As estatísticas de partida dissimulam um importante peso da remigração que a partir dos finais da década de 70 do século XIX assumiu percentagens consideráveis com a generalização do vapor e o embaratecimento e menor duração das viagens.

No Porto, os *brasileiros* instalam-se no Grande Hotel (tal como o comendador fafense Albino O. Guimarães, insigne filantropo da vila), onde as iniciativas da modernidade se implantam em Portugal, nomeadamente o caminho-de-ferro, as indústrias, a iluminação pública, instituindo um novo modo de vivência pública como frequentadores de cafés, teatros e como filantropos, promovendo a construção de hospitais, de asilos, escolas, a criação de misericórdias, como entidades gestoras dos seus donativos (Alves, 2007). Acrescente-se uma unidade cheia de simbolismo, ponto de encontro de tertúlias culturais da baixa portuense: o café-botequim *A Brasileira*, aberto em 1903 por iniciativa de um ex-farmacêutico que, em Minas Gerais, se dedicou ao café - Adriano Teles, surgindo a ideia como “uma forma de criar e propagandar uma marca própria, tendo por trás uma fábrica de torrefação; durante os primeiros treze anos, o café à chávina foi ali servido gratuitamente” (Alves, 1993, p. 366).

Eivado pelas convicções liberais, o deputado Camilo Castelo Branco, em 1822, no âmbito da discussão sobre o articulado constitucional dos direitos de cidadania, quando uma proposta sugeria a retirada do direito de cidadão a quem se ausentasse do País por mais de cinco anos, sem autorização, lembrava leis coercivas anteriores, que se acabou por decidir em função de uma afirmação que se revelou consensual (Alves, 2017). Estamos perante a discussão de uma questão de cidadania e não de aprofundamento da emigração.

Para analisar a literatura da emigração é necessário olhá-la como um sistema poroso que absorve história e fragmentos de vida, moldando-os numa

multiplicidade de formas: há que exercitar as funções de um arqueólogo, porque as formas excluídas também devem ser recuperadas e analisadas, a literatura não é só intertextualidade; cada obra nasce, existe (e morre) na relação com as outras, perto ou longe delas, anteriores ou posteriores a elas, porque também estas determinam e modificam os modos e os sentidos da leitura; a obra literária vive de tensões e contradições internas, e de sobreposições com outros géneros e formas, perspetivas e induções. Os estudos das migrações, mais do que muitos outros, confirmam que para recuperar o frio olhar do historiador ocorre apontar sensíveis antenas não só para disciplinas como a antropologia, a sociologia, a história das ideias e dos modelos culturais, mas, sobretudo, para a literatura (Martelli, 2007, cit. por Matozzi, 2016).

No pós-1834, em pleno contexto de assédio brasileiro às populações insulares que, em 1835, a legislação portuguesa voltou a usar os termos que então se generalizavam aplicados a deslocações de trabalho para um país estrangeiro, lembrando a fiscalização a desenvolver pelos Prefeitos dos Açores sobre a angariação de colonos nessas ilhas, fazendo cumprir as leis, lembrando aos incautos “as desgraças a que os vai sujeitar a emigração” e, ao mesmo tempo, pedir às autoridades para atenuarem as “causas impulsivas da emigração” (Alves, 2017, p. 226). A mobilidade é uma questão milenar e, por trás daquela afirmação, estariam motivações de manutenção de uma mão-de-obra barata e servil e nunca razões humanitárias. Faltaria aqui uma discussão profunda do assunto e as condições que poderiam ser oferecidas para evitar uma debandada.

Com o fim das guerras liberais e a normalização administrativa, a emigração para o Brasil voltou a incrementar-se (Alves, 2017), surgindo sucessivos problemas com o transporte de colonos, a aliciação de rurais e notícias de alguns escândalos e revoltas no Brasil. A emigração ganhou uma visibilidade política que nunca antes lhe fora atribuída, o que origina o Primeiro Inquérito Parlamentar da Emigração Portuguesa, em 1873, que resulta num volumoso dossiê de depoimentos e informações de várias origens e duas coleções de documentos apresentados às Cortes pelo ministro dos Estrangeiros (1873 e 1874).

Mais atentos estamos a Eça de Queirós – encarregue da redação do relatório consular sobre o tema, muito mais tarde publicado sob o título *Emigração como*

força civilizadora (1979), confirmando o que acima explanamos e que não passa da constatação de uma realidade multissecular.

Se as manifestações étnicas persistem durante o século XIX e, ciclicamente, irrompem manifestações de cunho nativista e antiportuguesas, com laivos de anticolonialismo, quase sempre como aproveitamento político de incidentes locais, pois, no essencial, a transformação da sociedade orienta-se para a cristalização do processo de estratificação social, na sua eterna configuração de pirâmide, submergindo o vasto "puzzle" de etnias e nacionalidades presentes no Brasil dos finais do século XIX, imputando o papel de "bode expiatório" para o "português no Brasil, personificador de males sociais, na linha do que Pedro Calmon definiu como o "contraste entre a transacção lusófila do alto e a trepidante lusofobia das ruas" (Alves, 1993, p. 407).

Os objetivos do trabalho passaram pelas seguintes incidências: a) Valorizar o património *brasileiro* existente em Fafe; b) Identificar diferentes dimensões desse património: religioso, assistencial, social, cultural e lazer; c) Inferir a influência de projetos brasileiros na matriz fafense; d) Deduzir a manifestação do elevado espírito filantrópico dos *brasileiros* fafenses; e) Concluir que a vila de Fafe, no início do século XX, apresentava uma mancha urbanística *brasileira* propulsora do seu desenvolvimento; f) Reconhecer o esforço da Câmara Municipal na recuperação do teatro-cinema e do palacete adaptado para o arquivo municipal; g) Contribuir para o reconhecimento da memória *brasileira* mediante o estabelecimento de roteiros: R1 - As habitações dos *brasileiros*; R2 - Espaços religiosos, de assistência, sociais, culturais e de lazer; R3 - Património industrial; h) Sensibilizar a Câmara Municipal para a elaboração de *flyers* para distribuir nos alojamentos hoteleiros dos municípios mais importantes do Vale do Ave, Braga e Porto; i) Contribuir para a organização de eventos dirigidos aos mesmos espaços geográficos e cidades brasileiras onde se estabeleceram os emigrantes portugueses, utilizando as ferramentas da nova era tecnológica.

A metodologia usada para o estudo baseou-se na revisão da literatura atinente ao tema e generalista - cerca de três dezenas de publicações -, destacando-se as de Jorge Alves, Miguel Alves, Alada Neto, Alexandra Esteves et al., Susana Silva e Alberto Sousa. A parte foi suportada, essencialmente, por Miguel Alves, Luís Dias e António Coimbra e o próprio autor.

As partes do estudo desenvolvem-se da forma como se graduam: 1. A emigração: legislação, inquéritos e relatórios desde 1836; 2. *O brasileiro: ridículo e outras coisas mais...* visão dos literatos; 3. *O brasileiro* e o desenvolvimento da vila de Fafe; 4. Roteiros para a eleição da memória dos *brasileiros*; 5. O futuro com a promoção da rota da saudade.

1. A emigração: legislação, inquéritos e relatórios desde 1836...

À medida que a investigação avança, abrem-se túneis que o tempo e as inoportunidades não permitiram iluminar. O País dividia-se entre a necessidade de emigrar e a fuga de mão-de-obra para uma segmentação social ociosa que vivia, basicamente, do património agrícola. Por outro lado, a Expansão Marítima criou uma política de transporte em detrimento de uma política de fixação que obrigou a Revolução Industrial a desviar-se de um país periférico que não lhe oferecia uma lista mínima de sedimentação. Levantam-se vozes nas duas margens do Atlântico:

A emigração é ainda o único recurso de que dispomos para afirmar a nossa existencia como nação independente. Cae no tumulto um portuguez que viveu para engrandecer com o seu trabalho e com o seu talento o seu paiz natal; mas não cae no olvido, porque a colonia dos que fugiram ergue altivo monumento. (...) Proclama um imperador a separação de duas nações (...) confunde a colónia dos que partiram! Desenvolve-se o commercio das nossas praças, affirma-se o credito nacional, levantam-se cidades nas planícies ajardinadas da província do norte, augmentam as casas bancarias, erguem-se luxuosos hoteis nas principais cidades, porque os emigrados passam uma vida inteira a roubar ao solo do Brazil tudo o que podem para dar á sua patria tudo que tem. Há muito que por ahi andam os sabios a interrogar as estatisticas para descobrir onde está a séde da vida d'este desgraçado paiz! É a industria? É a agricultura? São as artes? É o commercio? Não: é a emigração! apesar das febres que fulminam? Apesar d'ellas, porque é difícil distinguir entre o clima que mata e o clima que atrophia. - O mau que atrae não pode ser inferior ao bom que repelle. (Gomes da Silva, "Emigração", Comercio e Industria, 1º vol, n. 6, 1880, cit. por Alves, 1993, p. 8)

Um conto de Fialho de Almeida - *O Filho* -, deixa um testemunho bem marcante do que representou, em finais de 1800, o mito da fortuna e do retorno, alimentado

pela popularidade de várias figuras que personificavam o sucesso do emigrante de torna-viagem, como o *mineiro* ou o brasileiro:

O emigrante aparece [...] como constituindo um dos principais suportes do mito da fortuna brasileira, ao lado do próprio engajador. Chegavam a preferir morrer no Brasil para esconder a sua miséria, a regressarem pobres a Portugal. Quantos conseguiram realizar o seu sonho? Em 1000 emigrantes, 10 enriqueciam, 100 eram remediados, os restantes sobreviviam segundo uma estimativa do Rio de Janeiro, a principal zona de fixação dos emigrantes portugueses. (Pereira, 2002, p. 46, cit. por Matozzi, 2016, pp. 51-52).

Outra descrição, no último quartel do século XIX, prova o drama do emigrante.

Depois de uma viagem, em que não faltaram a fome, a sede, as calmas e as tormentas, chegamos a essa formosa terra de Santa Maria de Belém do Pará [...]. Apenas desembarcamos, formaram-nos em turmas nos cais da alfândega, para que os negociantes da cidade viessem escolher d'entre nós os que mais lhe agradassem. Eu estava ali, sem saber para quê, no meio de grande multidão de gente de todas as cores, que parecia escarnecer de mim e dos meus compatriotas. (Amorim, 1874, pp. 35-36, cit. por Matozzi, 2016, p. 70)

E o embarque? A barra do Douro torna-se o principal porto de escoamento da emigração oitocentista com origem no vasto "hinterland" de entre Minho e Vouga, onde o lugar prioritário cabia ao distrito do Porto. Esta atividade torna-se tanto mais importante quanto decaem, após as vicissitudes da independência do Brasil, as relações comerciais de origem colonial que animavam um tráfico intenso entre os dois lados do Atlântico. Ricardo Jorge também descreve o cenário:

(...) esta oficina de exportação funcionava em cheio e numa simplicidade pitoresca. O rapaz, que vinha descalço da sua aldeia, vestia a roupa nova de cotim, de jaqueta ao ombro, calçava chinelas de carnaz e cobria-se com o chapéu braguês. A bagagem era a caixa de pinho, comprada na chamada Feira das Caixas, de tamanha que era ali a provisão. No surgidoiro estreito do Doiro, cavado entre ribanceiras empinadas, ancorava a frota de barcas, brigues, escunas e hiates, numa rede de mastros, vergas e cordame tão cerrada que um bom marinheiro podia atravessar pelos ares este dédalo sem esforço - marinha veleira, mantida pelo tráfico da

emigração e pelo comércio reinante com os portos do Brasil. (Alves, 1993, pp. 10-11)

Só no último quartel do século XIX, o porto do Douro se rende ante a concorrência do vapor, sendo quase esvaziado pelo de Lisboa, e tentando a recuperação com o porto artificial de Leixões. A emigração prossegue, em crescendo, até que a conjuntura internacional lhe seja hostil, a partir da 1.^a Guerra Mundial.

Regressemos ao contexto de assédio brasileiro às populações insulares que, em 1835, a legislação portuguesa voltou a usar os termos que então se generalizavam aplicados a deslocamentos de trabalho agora para um país estrangeiro. Isso acontece com a Portaria de 16 de maio de 1835, emitida por Agostinho José Freire a lembrar a fiscalização a desenvolver pelos Prefeitos dos Açores sobre a angariação de colonos nessas ilhas, fazendo cumprir as leis, lembrando aos incautos as desgraças a que os vai sujeitar a emigração e, ao mesmo tempo, pedir às autoridades para atenuarem as causas impulsivas da emigração (Alves, 2017).

A partir de 1835-1836, o poder político, após a instauração definitiva do liberalismo em Portugal, começou a dedicar particular atenção à emigração portuguesa. A primeira preocupação era a corrente migratória açoriana e madeirense para o continente americano, nomeadamente para o Brasil, mão-de-obra barata que se destinou, afinal, a efetuar o trabalho de escravos (como Miriam Halpern Pereira refere e Gladys Ribeiro confirma (cit. por Ferraria et al., 2009) quanto ao Rio de Janeiro, embora para período anterior, alargando até esta situação a parte da emigração do próprio Norte de Portugal que o Governo pretendia limitar, mas, sobretudo, regular.

As preocupações com a substituição de escravos por portugueses foram levantadas pelo Visconde de Sá da Bandeira - figura pública do liberalismo oitocentista português. As iniciativas legais defendidas e do projeto colonial idealizado pelo Visconde evidenciam o entrelaçamento dos temas ligados ao tráfico da escravatura, à colonização da África e à emigração. O projeto sugerido e defendido deve ser lido à luz desse entrelaçamento de questões e dos esforços, ainda que ambíguos, por ele empreendidos para pôr fim tanto ao tráfico negreiro como à escravidão nas colónias (Alexandre, 1995; Marques, 1999, cit. por Galvanese, 2019). Mas Sá da Bandeira registava uma exceção: a “emigração da Província do Minho para o Brasil [essa] é útil”, pois “vão para lá rapazes dirigidos a

pessoas conhecidas, muitos empregam-se logo como caixeiros de casas de comércio bastante prósperas, e alguns destes voltam à pátria” (Galvanese, 2019, p. 9).

A questão da emigração é descrita por Galvanese (2019) no percurso de 1835 a 1843. Finda a guerra civil, em 1835, havia companhias brasileiras de colonização que buscavam substitutos para a mão-de-obra escrava no Brasil. Foram tomadas algumas medidas – tímidas e ineficazes -, para evitar a emigração de camponeses açorianos. As notícias do Brasil enalteciam a posição subalterna dos súbditos portugueses, causando indignação em alguns membros da elite política portuguesa, como o Visconde de Sá da Bandeira, que, ingressando no Ministério setembrista e na Secretaria dos Negócios Estrangeiros colocou na agenda política a emigração (então vista como tráfico de escravatura branca), que se estenderia ao tráfico negreiro das colónias portuguesas em África. Sá da Bandeira contribuiu ativamente para a proposta de lei que visava constranger a emigração para o Brasil. O projeto foi considerado inconstitucional na Câmara dos Pares do Reino, em 1843, e não voltou a ser debatido.

Foram tomadas medidas governamentais, nomeadamente no que respeitava aos passaportes, atendendo aos “gravíssimos danos que resultam à agricultura e indústria das Ilhas da Madeira e dos Açores de se passarem para a América um grande número de seus habitantes e naturais”, seduzidos por “homens mal-intencionados e com fins ambiciosos e interessados”, transportados com “inaudita desumanidade” para o Brasil e vendidos “nos portos daquele império como se fossem escravos da costa de África” (Ferraria et al., 2009, pp. 31-32). Outra medida tem a ver com a legislação proibitiva do comércio da escravatura que, ao contrário do que tem sido escrito, não se limitou apenas ao decreto de 10 de dezembro de 1836, de Sá da Bandeira.

O decreto de 10 de Setembro de 1836, “de exportação e importação de escravos”, que determinou “a inteira e completa abolição do tráfico de escravatura nos domínios portugueses sem exceção” (não a escravatura) (Ferraria et al., 2009, p. 33), é o corolário da política do Estado Português que tinha em consideração os fatores como a pressão inglesa no sentido da abolição do tráfico negreiro denunciada por políticos, sábios e filantropos, acentuada a partir de 1833, quando

Londres encerrou o processo de abolição da escravatura em todas as suas colónias, a valorização das colónias africanas através da colonização europeia.

Alexandre Herculano (que elabora um relatório com a Comissão de Inquérito sobre a Emigração Portuguesa de 1873 (Batista, 2012, p. 69), em Janeiro de 1838, comenta a iniciativa legislativa do Brasil, de 1837 – que pretendia dar proteção aos colonos assalariados, demonstrando “eram grandes os vexames que a estes se faziam” –, denuncia a existência de “espantosos abusos”, as “violências da parte dos brasileiros” que se faziam sentir no recrutamento da emigração portuguesa, seduzida por um Brasil comparado a um novo “El Dorado”, e pelas condições de vida que lhes eram ali proporcionadas, mas recusa a retórica política de que “se está fazendo comércio de escravatura branca”.

Com os Açores e a Madeira como cenário, defendendo que a emigração portuguesa para o Brasil “tem sido espantosa”, Herculano vai defender a utopia da colonização interna dos nossos “imensos baldios” em oposição à emigração para o Brasil – tese que irá perseguir o discurso político e toda a literatura oitocentista portuguesa –, mas também alerta, numa posição que vai manter coerentemente até à sua morte, que de nada vale procurar travar a saída dos portugueses, com o argumento de se arriscarem “a ser miseráveis” na emigração, se estes apenas virem “na sua Pátria um prospeto de miséria”, já que, lá sempre restava a esperança de “ser felizes”, quando cá, tinham a certeza de nunca o ser. Apesar das palavras avisadas de Alexandre Herculano, o estereótipo da “escravatura branca” irá fazer doutrina no Parlamento. Almeida Garrett, em 1839, então deputado pelos Açores, denuncia novamente o “comércio de escravatura branca” (Ferraria et al., 2009, pp. 33-34).

O visconde de Sá da Bandeira, na Câmara dos Pares, em 1842, apresentou um projeto de lei para pôr termo “à emigração e tráfico vergonhoso que com escândalo das leis e da moral se estava fazendo no Reino e províncias insulares”. O relatório do Ministério do Reino, de 1843, reconhecia que a emigração portuguesa, sobretudo dos Açores, era uma realidade em expansão, graças ao impulso dado por agentes nacionais e estrangeiros. Esta iniciativa legislativa começou a ser discutida na sessão de 22 de novembro de 1843, com a presença do ministro do Reino, esclarecendo o visconde de Sá da Bandeira que a mesma sessão não se destinava a impedir a emigração, mas a dar “uma espécie de garantia aos indivíduos que

emigram, principalmente das Ilhas” (Ferraria et al., 2009, pp. 34; 36) para colónias britânicas e para o Brasil, onde os vendiam como escravos, trabalhando nas roças e nos engenhos como os negros.

Levanta-se a questão (Ferraria et al., 2009, p. 37) de se saber até que ponto a realidade da emigração fundamenta as preocupações e a natureza do discurso político do Estado português. Os relatórios dos governadores civis, as consultas das Juntas Gerais dos distritos dos Açores e Madeira, e o próprio relatório do Ministério do Reino, de 1843, não deixam quaisquer dúvidas quanto à intensidade que a emigração regista nestes espaços. É ali que se dá corpo ao “tráfico da escravatura branca” denunciado com veemência a partir de 1835 e que irá permanecer, enquanto estereótipo, até 1843.

Ora, o “mercado de escravos brancos” tanto existia no Brasil para os jovens emigrantes portugueses que aí chegavam, como existia em Portugal para as crianças, órfãos, expostos, filhos de gente pobre, que nas “feiras dos moços”, semanal ou mensalmente, durante todo o século XIX, nas principais cidades do Reino, são leiloados ou entregues a quem os solicita. “Maus tratos, pancadaria, expulsão de casa do patrão são comuns, quer para os jovens caixeiros em Portugal, quer para os jovens caixeiros no Brasil” (Ferraria et al., 2009, p. 38).

Apesar de, oficialmente se dar a entender que as saídas eram legais, sabe-se que a Junta Geral do Distrito do Porto, em 1843, refere que dos emigrantes saídos do Porto em 1842 e primeiro semestre de 1843 – cerca de 3 000 indivíduos – 609 (20%) não tinham profissão. E que era “imenso o número dos que embarcam sem passaporte”. Ferraria et al. (2009, p. 39) afirma, convictamente, “que a emigração do Norte de Portugal, quando comparada com a dos Açores e Madeira, devido a fatores de natureza socioeconómica, ser mais qualificada e registar um menor número de saídas clandestinas”.

1.1 O inquérito à emigração em 1843

Mas para aí se chegar, estabeleceu-se um inquérito em 1843, o primeiro a ser realizado sobre a emigração portuguesa à escala nacional, até 2009 desconhecido ou desaproveitado pelos historiadores que investigaram a emigração portuguesa oitocentista para o Brasil.

Sousa et al. (2009, p. 41) evidencia o inquérito porque esteve alheio às análises de gerações de historiadores. É Sá da Bandeira que faz o requerimento à Câmara dos Pares com portaria de Governo em 7 de julho do mesmo ano, enviada aos governadores civis, a solicitar a “indicação dos fatores explicativos da emigração portuguesa” e, complementarmente, as causas que impediam o aproveitamento dos terrenos baldios, assim como as medidas que necessitavam de ser tomadas para o seu aproveitamento agrícola, “e a forma de substituir a mão-de-obra estrangeira utilizada na agricultura por mão-de-obra portuguesa, numa evidente alusão aos galegos” que, definitiva ou temporariamente, trabalhavam no Norte de Portugal, nomeadamente no Alto Douro. Não foram encontradas as respostas das Juntas Gerais dos distritos de Aveiro¹, Coimbra, Faro e Lisboa no Arquivo da Assembleia da República, onde se encontram as fontes relativas aos restantes 17 distritos de Portugal, incluindo os Açores e a Madeira.

Vamos privilegiar as respostas respeitantes ao Entre Douro e Minho, onde se enquadra o nosso estudo. O órgão distrital de Viana do Castelo (Sousa et al., 2009, pp. 43-44) considera haver uma emigração que “constantemente” vai para o Brasil devido às grandes fortunas com que muitos regressavam a Portugal, mas também porque muitos outros são “atraídos por parentes e patrícios” que lá se encontravam estabelecidos. Existia ainda outra migração para os distritos do Reino e para Espanha, sazonal, não sendo possível substituir os galegos por portugueses, uma vez que os primeiros auferiam menores salários e sujeitavam-se a “serviços vis” e ao trabalho rural que os portugueses não queriam.

No distrito de Braga (Sousa et al., 2009, p. 42), a Junta Geral regista a causa principal da emigração na sua “imensa população” e na “pouca extensão de seu terreno”, havendo um “grande número de braços” que seriam ociosos se não fosse a emigração para o Império do Brasil, para onde partia a maior parte dos mancebos que emigravam, seduzidos pela esperança de constituírem fortuna. Resultaria num “incalculável dano” à província do Minho se porventura se quisesse impedir a emigração para o Brasil.

A Junta Geral do Distrito do Porto (Sousa et al., 2009, p. 43) socorreu-se do mapa inexato dos indivíduos que pediram passaporte para o Brasil em 1842-1843 porque muitos dos que partiam iam “(...) com intenções de logo voltar, mas

¹ Errado porque a resposta foi dada (sic).

principalmente porque é imenso o número dos que embarcam sem passaporte”. A causa principal da emigração consistia no excesso de população e no seu “(...) desequilíbrio com os meios de existência e subsistência (...)”. Ao mapa de 1842-1843, a Junta acrescenta que 609 pessoas que requereram passaporte não tinham profissão, presumindo que a maior parte dessas pessoas pertenciam às classes sociais “(...) que proviam os conventos e as igrejas (...)”; eram os filhos segundos das classes “remediadas”, que, devido ao sistema de enfiteuse não tinham “(...) partilha no património paterno (...)”, sendo obrigados a emigrar. A Junta entendia que esta emigração era de “grande utilidade para o Distrito”, não só porque “(...) não é felicidade para um país ter uma população miserável (...)”, mas também porque “(...) muitos desses emigrantes juntam cabedais que depois vêm entre nós alimentar todas as indústrias (...)”, acrescentando que o visconde Sá da Bandeira tinha alguns desses *brasileiros* ricos a seu lado, na Câmara dos Pares.

A posição das Juntas de Viana do Castelo, Braga e Porto é favorável à emigração pela fuga à miséria, pelo excesso de população e pelo retorno com impulso industrial, no Porto, Junta que não deixa de chamar a atenção do visconde Sá da Bandeira para os *brasileiros* que o acolitavam!

Vejamos o que se passava no restante país e as Juntas que responderam: a Junta do Distrito de Vila Real (Sousa et al., 2009, p. 44) menciona apenas alguns indivíduos que vão para o Brasil, explicando as causas: i) o nome de “(...) brasileiro ainda hoje está cercado de um prestígio imenso que seduz os mancebos na idade das conceções maravilhosas, com esperançosos cálculos de riqueza extraordinária (...)”; ii) as promessas e solicitações de parentes estabelecidos no Império do Brasil; iii) “a falta de arrumo para a mocidade e de recursos em geral”; iv) as privações que têm resultado das “(...) comoções políticas, reduzindo muitos à desconsideração, desprezo e miséria (...)”; v) o medo ao recrutamento. Aditava, ainda, não haver “comissões” que promovessem a emigração para o Brasil. E que, no Douro, o granjeio das vinhas exigia “(...) milhares de braços estrangeiros (...)”. A Junta preocupava-se com uma exposição que servia para um território com uma emigração notória.

Os Distritos de Bragança e da Guarda (Sousa et al., 2009) eram pouco sensíveis à emigração.

No Distrito de Viseu, a Junta garante que a emigração “(...) não era muito copiosa (...)”, justificando as suas causas: i) a mais geral respeitava à “pouca fortuna, o mal-estar do cidadão português no seu próprio solo”; ii) a segunda era o propósito de se alcançar no estrangeiro fortuna semelhante à que têm obtido os emigrantes que regressam a Portugal.

(...) um estímulo continuado, um incentivo permanente de emigração (...) o cidadão português não está bem no seu próprio solo é evidente: não há segurança das pessoas; respeito pela propriedade; paz; tranquilidade e moralidade pública; vida social; garantias da felicidade humana (...) Se o proprietário não foge deste país de revoluções e de desordem, de corrupção e de imoralidade, de que as guerras civis e as desordens das finanças são causa (...) era porque continuava preso à terra com os laços da propriedade”. Não são os proprietários que emigram, mas os que pertencem às classes menos abastadas. Não era possível dar aos filhos segundos os destinos que lhes eram próprios. Os que emigravam eram os trabalhadores que não acham aqui quem os entretenha, alimente e enriqueça. A melhor maneira de evitar a emigração seria tornar o cidadão proprietário. (Sousa et al., 2009, pp. 44-45)

Vila Real e Viseu, com pouca emigração, apresentam-se com justificações pertinentes para a generalidade dos que partiam, validando um ato necessário forjado na liberdade do indivíduo.

Para o Distrito de Aveiro (Sousa et al., 2009, p. 42), a principal causa da emigração não tinha a ver com a falta de “(...) estabelecimentos que deem empregos (...)”, o que levava à saída para o estrangeiro “(...) e mormente para o Brasil de alguns indivíduos(...)”, que não podendo “(...) aqui achar fortuna, se vão em sua demanda para aquele Império (...)”, devido a “antigos hábitos” e às relações que tinham com parentes e amigos que aí se encontravam estabelecidos. É uma resposta com pouca representatividade na emigração.

Os Distritos de Santarém, Leiria, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja (Sousa et al., 2009) seguem a linha anterior por não haver causas que promovam a emigração dos seus habitantes. Em Portalegre, o preço excessivo dos jornais incentivava muitos trabalhadores a estabelecerem-se ali.

Conclui-se que a emigração, em 1843, uma década depois das lutas entre liberais e absolutistas, é relevante no Entre Douro e Minho, com motivações explanadas por algumas Juntas sem emigração. Alguns notáveis (Eça, Ortigão...) defendiam que a melhor maneira de “evitar a emigração seria tornar o cidadão proprietário”.

Sousa et al. (2009, p. 49) chega a resultados que legitimam o discurso político da emigração:

- a) Os portugueses, com exceção de alguns madeirenses e açorianos, emigravam massivamente para o Brasil.
- b) Este fenómeno diz respeito, fundamentalmente, ao noroeste português e às Ilhas dos Açores e da Madeira; a emigração nos distritos do interior e sul de Portugal era praticamente inexistente;
- c) A saída dos portugueses devia-se à pobreza das classes populares, sobretudo nos Açores e Madeira; às guerras civis que se desenvolviam recorrentemente em Portugal; à fuga ao serviço militar; às relações sociais e económicas e de parentesco estabelecidas desde há muito tempo entre as populações das duas margens do Atlântico; ao exemplo dos “brasileiros ricos” que regressavam a Portugal; ao sistema da enfiteuse que impedia os “filhos segundos” da classe média (durante o Antigo Regime, até 1834, destinados à vida religiosa), de acederem ao património dos seus pais, principalmente nos distritos do Minho e de Viseu; aos vínculos de morgados e capelas – principalmente nos Açores e Madeira, onde a propriedade se encontrava muito concentrada; ao papel ativo dos engajadores ligados às associações brasileiras de colonização, na Madeira e Açores; à agiotagem desenvolvida por judeus e à redução da exportação da laranja, afetada por doenças, nos Açores; e à crise vinícola na Madeira;
- d) Ninguém defende medidas repressivas da emigração, havendo, pelo contrário, unanimidade quanto à necessidade e utilidade da mesma; travar a emigração seria causar elevados prejuízos às regiões que a alimentavam, uma “calamidade”, uma injustiça, uma desumanidade – assim se declara, tanto no Minho como nas ilhas atlânticas.

Miriam Halpern Pereira entende a legislação “fortemente limitativa da emigração” (Pereira, 2002, p. 80, cit. por Galvanese, 2019, p. 2) como consequência

da “forte influência da burguesia agrária e da classe senhorial na estrutura económica e política portuguesa”. Restringir a emigração era a forma de garantir o excedente de mão-de-obra que garantia a política de baixos salários.

Sá da Bandeira contribuiu ativamente para a proposta de lei que visava constringer a emigração para o Brasil, lutando ao longo de cinco anos para aprová-la no Parlamento. O projeto, apesar de ter servido de base à elaboração da Portaria de 19 de agosto de 1842, foi considerado inconstitucional na Câmara dos Pares do Reino, em 1843, e não voltou a ser debatido. Apenas em 1855 é que irá surgir a primeira lei do regime constitucional português para travar a emigração clandestina (Galvanese, 2019, pp. 7-11).

1.2 Os relatórios dos governos civis (1855-1876)

Para o período de 1855-1876, Barros (2010), e com base nos relatórios dos governadores civis, a emigração afetava, sobretudo, o Norte litoral do Continente e os Açores e a Madeira, realidade já existente no período anterior e que irá manter-se até finais do século XIX; o Norte Interior e o Sul de Portugal não eram ainda afetados pela emigração; a emigração engajada e clandestina era mais intensa nos Açores e na Madeira do que no Norte de Portugal; a emigração clandestina que assolava as duas regiões referidas parecia ser mais forte nos Açores e na Madeira do que no Norte de Portugal; a carta de lei de 1855 era iludida, não cumprindo os objetivos que pretendia; nos Açores solicitava-se até um navio de guerra para tentar travar esse fenómeno; tornava-se necessária a fiscalização dos cônsules nos portos do Brasil, acompanhando o desembarque dos emigrantes e certificando-se de que apenas desembarcavam os que tinham contrato de trabalho; os governadores civis defendiam ainda que não fosse emitido passaporte a quem não tivesse pago adiantadamente a viagem; e que não fosse permitido aos chefes de família ausentarem-se do País sem deixarem garantido o sustento das suas famílias; as referências a “tráfico de escravatura branca” eram reduzidas e aparecem associadas aos Açores e Madeira; de qualquer modo, tanto nos Açores e na Madeira como no Norte de Portugal, os governadores civis entendiam que não era possível impedir a emigração, nem tal pretendiam, uma vez que a emigração constituía uma fuga à miséria e uma fonte de rendimento para Portugal, por meio das remessas dos que se encontravam no Brasil.

1.3 Primeiro inquérito da emigração portuguesa (1873)

A emigração em massa para o Brasil dava a oportunidade aos segmentos sociais mais débeis a opção de partir na esperança de se realizar o mito da fortuna, sempre na perspectiva, muitas das vezes não correspondida, do regresso nas vestes de opulentos “brasileiros”. A lei de 28 de março de 1877, inspirada nos resultados do Inquérito Parlamentar sobre a Emigração (1873) – que Alexandre Herculano tinha debatido nas suas cartas (1983, pp. 67-128, cit. por Matozzi, 2016, p. 50) - tentava incitar a emigração para as colónias africanas. Poucos anos depois, o governo português deixou “(...) de se preocupar com o aumento da emigração, porquanto esta se tornara uma fonte substancial de invisíveis” (Pereira, 2002, p. 82, cit. por Matozzi, 2016, p. 50).

A partir daqui e da discussão gerada, o Diário do Governo imprime regularmente longas listas de elaboração consular com os portugueses falecidos no Brasil, cobrindo o duplo objetivo de alertar para a elevada mortalidade dos jovens emigrantes e de dar a conhecer os óbitos aos seus familiares e à sociedade em geral. Muitas vezes, essas listas preenchem a primeira página e continuavam na seguinte. Alguns jornais diários republicavam-nas, adensando as representações negras da emigração, com relatos de jovens que voltavam para morrer... “Para alguns, era um exagero” (Alves, 2005, p. 10)!

1.4 A emigração como *força civilizadora*: Eça de Queirós como diplomata

Seguimos Silva (2014) para sintetizar o relatório elaborado em 1874 para o Ministro Andrade Corvo, titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, com o título *A Emigração como Força Civilizadora* (1879) do diplomata Eça de Queirós, sensivelmente da mesma época em que elaborou o Primeiro Inquérito da Emigração Portuguesa, volumoso dossiê de depoimentos e informações apresentados às Cortes pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (1873 e 1874) e Alexandre Herculano (1873-1875) publicava sucessivos textos sobre a emigração

Era um tema candente surgido após a Guerra da Secessão nos EU, incluindo novos destinos (Luisiana, Hawai) na discussão pública (Alves, 2017).

“A emigração, diz-se geralmente, é um fenómeno social que sob formas diferentes aparece em todas as épocas históricas (...)”. A emigração, porém, como hoje a conhecemos - individual, espontânea, livre, protegida pelas leis, organizada por associações, com causas puramente económicas, com um fim meramente agrícola ou industrial, indo procurar nos países novos “(...) um destino melhor, é exclusivamente um facto do século XIX. [Nos séculos XV e XVI] os portugueses “(...) que iam à China ou à Índia, não eram emigrantes, eram comerciantes (...) (Silva, 2014, p. 400)”. Os missionários eram os precursores dos mercadores. O mesmo impulso para o Brasil não teve no seu princípio nenhum espírito colonizador: procurava-se ali apenas o ouro e as pedras preciosas; como as não encontravam, pensava-se em abandonar aquele vasto território, quando prevaleceu a ideia de o conservar como lugar de deportação. A cultura da cana do açúcar pelos judeus foi a origem da colonização regular.

Eça de Queirós (Sousa, 2009) alude ainda aos meados do século XVII quando a colonização europeia da América, da Ásia e das costas de África já estava organizada e regulada, mas faltava a emigração. Esta só surge, em força, no século XVIII e sobretudo quando as Américas começam a tornar-se sinónimo de liberdade e de fortuna. Eça de Queirós entendeu a emigração como “uma força civilizadora” chegando a fazer uma certa apologia do fenómeno pelo modo como os emigrantes renovavam os lugares e faziam a “reforma higiénica da terra”. Ainda assim, não se pode considerar que Eça tenha sido um estudioso profundo da emigração, em especial, a portuguesa, pela sua complexidade e dimensão, como o próprio então assumiu.

Esta é a face nobre do homem que, como diplomata, exara considerações históricas e politicamente corretas; a outra, como escritor, onde zurze o *brasileiro* embora de forma suave, incomparavelmente inferior a Camilo Castelo Branco, este sim, o que mais caricaturou inapelavelmente essa figura que, no retorno, tanto fez pela sua terra natal, promovendo-a económica e socialmente, com equipamentos e fábricas, como foi o caso de Fafe.

Batista (2012) avalia a intervenção de Eça de Queirós na emigração como multifacetada, nomeadamente nos eventos ligados à “Geração de 70”, da qual

nasceu a “Questão Coimbrã” e o “Cenáculo”, bem como os dois acontecimentos culturais em que Eça está diretamente envolvido: “As Conferências do Casino” e a publicação de “As Farpas”.

Como vantagens da emigração moderna, Eça insere-as numa conjuntura mais vasta que está relacionada com a situação do país e são marcadas pelos acontecimentos ligados à “Geração de 70”, da qual nasceu a “Questão Coimbrã” e o “Cenáculo”, e os dois eventos culturais decisivos em que Eça está diretamente envolvido: “As Conferências do Casino” (que mostram uma nova posição face à arte e ao modo como retrata a realidade) e a publicação de “As Farpas” (que apelam a uma nova atitude do homem face à vida). Os principais representantes da abertura de Portugal ao mundo civilizado, além de Eça de Queirós, foram Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, incluindo também artistas, cientistas, professores, aristocratas, jornalistas.

Para Oliveira Marques, eles foram “os expoentes do Portugal do liberalismo europeu, moderno, arejado, lutando por arrancar o País ao subdesenvolvimento industrial, comercial e político e projetar nessa nova sociedade que estava assente na Revolução Industrial, na supremacia burguesa e no regime parlamentar”. Eça de Queirós define a emigração como “um fenómeno social que sob formas diferentes aparece em todas as épocas históricas”, não sendo mais que o povoamento civilizador da terra, a emigração progressiva e expansiva do homem para além dos seus lugares de origem, que tem como causa principal frequente a miséria, tal como apresenta em “As Farpas” (Batista, 2012, pp. 68-69) e no relatório que ele, Alexandre Herculano e a comissão de inquérito sobre a emigração portuguesa de 1873 elaboram, considerando emigração útil para o país e vantajosa para os emigrantes se fosse livremente planeada, afastada da ação dos empregadores, e se os emigrantes possuísem instrução. Só nestas condições, segundo Eça, “a emigração podia ser considerada uma força civilizadora da humanidade”. Quando se fala em humanidade, pensa-se nas vantagens que ela possui para os países de origem e de destino do emigrante, tanto na hora da partida como na do regresso. A “miséria”, a “aspiração”, segundo o *Primeiro Inquérito Parlamentar da Emigração Portuguesa de 1873*, o sonho de uma vida melhor, estão entre as principais causas de emigração ao longo da história, labor que dará azo a *A Emigração como Força Civilizadora, Eça de Queirós*, EFC, em 1879 (Batista, 2012, p. 71).

Na relação que redigiu em 1874, Eça de Queirós não escreveu muito mais do que isto:

“Emigração Portuguesa: - O estado da emigração em Portugal é um assumpto muito interessante para que se possa resumir n’esta síntese didática dos movimentos emigrantes da Europa; pelas suas proporções, pelas suas consequências e condições, pela sua influencia na organização do trabalho nacional, pelas relações comerciais que estabelece com o Brasil, pelos mesmos vícios da sua organização, merece um estudo aplicado, experimental, crítico e económico, e não uma simples indicação condensada. (Queirós, 2001, pp. 70-71, cit. por Matozzi, 2016, p. 48)

Batista (2012, p. 73) explana o processo histórico da emigração no século XIX, os países novos, dada a necessidade de ampliar as suas economias, através da agricultura e da indústria, atraem, através de uma séria de concessões e de isenções, força de trabalho no velho mundo, prometendo-lhe um destino melhor, surgindo um novo tipo de emigração a que Eça de Queirós chama “moderna”. É um fenómeno “individual”, “espontâneo” e “livre”, tornando-se, para o autor, “um dos factos mais poderosos da moderna atividade económica e uma das forças da civilização contemporânea”, anos mais tarde, “uma condição de vida, mas também uma condição de civilização na história da humanidade”. Eça de Queirós estabelece três correntes principais de emigração: a corrente anglo-saxónica, a germânica e a latina, na qual está inserida a portuguesa, que se destina, principalmente, para o Brasil.

De Batista (2012) extraímos as características da emigração para a América do Sul (Brasil): emigração solicitada, seduzida, catequizada, de contingentes desiguais; conta com mais catástrofes do que êxitos; despojada de elementos de vitalidade, sem força e sem originalidade; situação dependente e subalterna das raças neolatinas; emigração coletiva, alienação e dependência de ação; fracasso da emigração por ser coletiva e de trabalho dependente; emigrante “aparceirado”, trabalho desleixado, desânimo de quem colabora na fortuna alheia; o emigrante não se pertence, pertence a uma companhia, a uma colónia organizada pelo Estado ou a um particular; ausência de espontaneidade, de motivação, de zelo; o emigrante sente-se um instrumento de trabalho, uma peça de uma engrenagem. Reiteramos a relevância de um documento de 1874, mas apenas tornado público

em 1979, por Raul Rego, sob a designação de Emigração como Força Civilizadora, dadas as palavras que o escritor emprega para caracterizar a emigração. Finalmente, que papel terá tido a mulher na ausência do marido emigrante? Mattoso, Daveau e Belo (2013, p. 119) referem-se ao “matriarcado” minhoto de forma cautelosa, não conferindo ao substantivo o sentido restrito que lhe é fornecido pelos antropólogos. É um papel difuso, “mas efetivamente predominante da mulher”, que vai do requente recurso à via feminina para a transmissão dos bens, como um vestígio de cognação, até ao reconhecimento prático pelo lado da mulher, quer no âmbito doméstico da família nuclear (a “patroa”), quer no âmbito parental da família alargada, que vai também na participação da mulher nos trabalhos agrícolas e na sua orientação, até ao da sua influência na opinião pública popular, pelo menos, nas sociedades rurais. Os autores chamam a atenção para o papel das mulheres “matriarcas” nos romances de Agustina Bessa-Luís e pra o que se passou na revolta da Maria da Fonte e no Minho inteiro em que as mulheres se tornaram protagonistas dos movimentos populares que se lhe seguiram.

Naquela província, a mulher pode gerir os negócios da família nas pequenas vilas e cidade. Faz grandes caminhadas a pé, de carroça ou nos transportes coletivos, para comprar ou vender. No caminho, pode entrar numa taberna, onde manda deitar um copo de vinho para acompanhar o naco de broa e a sardinha assada que traz consigo para merenda. Ela é capaz de enfrentar todas as eventualidades da vida, “com coragem e alegria, liberta o homem para outras atividades, e é assim que nós o vemos emigrar periodicamente para o Porto e Lisboa como trabalhador; sobretudo pedreiro, trolha e pintor a longo prazo, ou, definitivamente, para o estrangeiro” (Dias, 1955, pp. 15-16).

Ramos (2008) faz uma abordagem à emigração do Minho para Minas, significando que as mulheres passavam à chefia das famílias. A partida desses homens significava uma perda de trabalhadores, que, contudo, não eram mais necessários a propriedades rurais pequenas demais para alimentarem famílias numerosas. O fenómeno, por outro lado, propiciava o surgimento de fontes de renda complementares, a serem enviadas para o domicílio português de origem. Não estamos perante o conceito antropológico de matriarcado, mas as vicissitudes de uma agricultura de proventos insuficientes (não esqueçamos que as rendas, há três, quatro décadas, ainda eram de “terço”), os problemas resultantes do

desentendimento entre o “novo” e o “velho” Portugal, via invasões francesas, liberalismo e absolutismo, revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia - que mergulharam Portugal num atraso de meio-século, com repercussão no seguinte – conduziram à ausência do homem, logo, a mulher teve de assumir a chefia familiar.

1.5 Dos condicionalismos de finais do século XIX à II Guerra Mundial

Gerar Pery, em 1878, (Alves, 2017, p. 230) - *Statistique du Portugal et de ses colonies* - registava os desembarques de no Rio de Janeiro (1870-1874), enfatizando a “elevada mortalidade”, o enriquecimento de alguns que retornavam e a presença de portugueses nas principais províncias brasileiras e nos Estados Unidos. Luciano Cordeiro (1883) elabora um relatório e projeto de regulamentos sobre as questões dos regulamentos, navios, passagens e viagens, com o intuito de ultrapassar legislação anterior dividida em emigrantes livres e colonos. O assunto era importante para o plano doutrinário; por isso, Oliveira Martins (1873) em *Portugal e o Socialismo*, inferia, no capítulo “A Revolução e a Propriedade”: Convém que o povo emigre? Não. Como evitar que emigre? Dando-lhe de comer. De comer o quê? Terra. E adiantava: “não tratamos, pois, dos meios de corrigir a emigração pela reforma dos costumes e instituições económicas: falta-nos energia para tamanha empresa. Mas não tratemos então igualmente de impedir a saída a quem se não encontra a gosto na terra sáfara de Portugal (Alves, 2017, p. 231).”

E a que preço? – questionamos. Eis um testemunho da forma como funcionavam as redes de recrutamento de emigrantes e as incongruências entre a política portuguesa de emigração, assim como os esforços dos consulados portugueses para amparar as situações mais dramáticas:

Os capitães de navios abriam crédito aos emigrantes clandestinos que não podiam adiantar em terra o preço da passagem aos empregadores. O crédito fundamentava-se ou em serviços prestados durante a viagem [...] ou na contratação de serviços futuros, que depois o capitão negociava com os empregadores brasileiros. Neste último caso, era o futuro contratante que pagava a viagem ao capitão e, ao chegarem ao Brasil, os emigrantes ficavam retidos a bordo até que aparecesse alguém para contratá-los, sendo praticamente obrigados a aceitar qualquer contrato que os permitisse desembarcar. [...] Um autêntico “leilão de homens”

tinha lugar a bordo dos navios ao aportarem no Brasil, conta o Conde de Tomar, em carta enviada do Rio de Janeiro em 1854. O barco era invadido pelos engajadores locais de mão-de-obra emigrada, que vinham munidos das licenças das alfândegas para o desembarque e pagavam a passagem. (Pereira, 2002, p. 37, cit. por Matozzi, 2016, p. 50)

Concluimos que a classe intelectual é favorável à emigração numa perspetiva de abertura ao mundo moderno, sem aprofundar as condições em que partiam, chegavam e deambulavam de acordo com os interesses instalados na nossa antiga colónia. Por outro lado, não olvidamos o sonho de uma vida melhor, já que Portugal oferecia um cenário de pobreza, que a classe burguesa (ociosa e gananciosa) pretendia manter a favor do trabalho na terra. De qualquer forma, não podemos olvidar que a primeira globalização foi iniciada pelos portugueses (e castelhanos) com a expansão marítima na busca do que faltava no país e na Europa (cereais e ouro, entre outros...). O país intelectual e político dividia-se ao sabor de caudais ideológicos extremos e moderados!

Apontemos ainda uma alternativa para a emigração do Brasil. Oliveira Martins propunha o desvio dos fluxos para as colónias africanas, através do recrutamento de potenciais emigrantes instruídos, cuja missão seria a de explorar e não colonizar. Atente-se ao que escrevia em *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1880):

O que aos portugueses cumpre é explorar, e não colonizar a África. Do que ela carece não é de trabalhadores; mas sim daquilo a que os ingleses chamam “skilled labour”, o trabalho dirigente de oficinas, capatazes, contramestres, regentes, engenheiros, administradores, sob cujas ordens o braço preto, dócil e forte como é, extraia da terra as riquezas que ela pode dar. (Martins, 1978, p. 196, cit. por Matozzi, 2016, pp. 51-52)

Francisco Gomes de Amorim, um Escravo Branco (Matozzi, 2016), na luta contra a emigração que teceu através da divulgação da sua obra literária e peças teatrais, promovia, na veste de um homem europeu branco e “anti-conquistador”, a emigração para as colónias africanas, como parte integrante da geografia imperial,

desvendando os enganos do Brasil como colônia, agora mental, no panorama cultural português.

Em vez de ir fecundar os vastos domínios ultramarinos, que ainda possuímos, e que se finam à minguada do impulso protetor, o nosso povo desampara os seus campos, a família, o lar, e corre – não para as Índias, onde fomos tão grandes e ricos, nem para a África, onde poderíamos tornar a ser fortes e temidos – mas para o Brasil que é a terra dos seus sonhos doirados, o país da sua imaginosa fantasia. (Amorim, 1876, cit. por Carvalho, 2005, p. 166, cit. por Matozzi, 2016, p. 74)

As mulheres e as crianças passam a engrossar o contingente migratório na transição dos séculos XIX-XX, levando Sampaio Bruno a proclamar: “Hoje vai tudo, marcha a família inteira” (Alves, 2017, p. 232). O agravamento finissecular dos fluxos e as abordagens mais teóricas e comparadas

Na transição dos séculos XIX-XX o fluxo migratório ganhava um volume crescente, englobando mais mulheres e crianças. O problema da baixa de câmbio do Brasil, os impostos nas transferências de dinheiro e as novas condições políticas aterravam o quadro tradicional. A emigração ganhava novas configurações sociais e económicas, ajudando a dramatizar ainda mais os problemas da sociedade de origem, a ponto de o filósofo e político Sampaio Bruno exclamar: “Hoje vai tudo, marcha a família inteira”. Anselmo de Andrade (A Terra, 1898, cit. por Alves (2017, pp. 232-233) justificava:

(...) assinalam-se os registos da novíssima emigração para o Brasil por um facto de singular gravidade. É o êxodo de famílias completas. Antigamente o trabalhador ou o aventureiro emigravam, mas a família ficava. Era uma garantia para o regresso do emigrante e para a vinda de capitais. O emigrado mandava para cá uma parte das suas economias e dos seus ganhos. Mais tarde, se a fortuna o ajudava, era certa a repatriação. Voltava trazendo os seus capitais, e quando os não liquidava no seu regresso do Brasil, recebia aqui pelo menos os rendimentos, que gastava, que repartia e que capitalizava em terras, em prédios ou em títulos. Agora (...) que leva consigo a família, não há a esperar as remessas de dinheiro, que até aqui representavam alguns milhares de contos em cada ano (...) a família, e quando esta se leva consigo, os laços, que ficam prendendo o emigrante à sua pátria ficam mais

frouxos. (...) uma família inteira, que emigra, fixa-se facilmente no lugar onde encontrou a fortuna (...). Assim, a emigração, que é sempre um mal, torna-se um mal muito maior.

Basílio Teles, em 1903, despendia este raciocínio: com dinheiro do *brasileiro* a distribuir-se entre o exportador estrangeiro e o importador nacional, o seu capital, salvo pequenas exceções, não aproveitava aos trabalhadores, ajudando antes, com as suas aplicações, as “tribos depredatórias da Finança e da Política” (Alves, 2017, p. 233), isto é, a manter o sistema instalado.

Marnoto e Sousa, em 1910, pondera o valor económico dos emigrantes; valoriza o destino brasileiro e as remessas na contabilidade internacional, com os 18 mil contos anuais e assevera que: “são os pobres minhotos que de aqui foram rotos e famintos, que pagam de lá as custas do desgoverno do Estado que os enjeitou”; “Portugal, país agrícola, com um terço do seu território inculto [...] ser exportador de gente é uma das suas maiores riquezas” (Alves, 2017, p. 234).

Afonso Costa (Alves, 2017, p. 235) via na emigração uma função de “atenuar quotidianamente as diferenças de condição entre os povos da terra”; apontava acordos bilaterais como o meio para lhe retirar o seu “aspeto doloroso, patológico” e conferir-lhe os caracteres de um fenómeno “normal e profícuo”, ligado à vida da nação. Subscrevia também o não desvio para as colónias, defendendo as reformas internas, pelo que, a emigração “devia ser a pedra de toque dos novos governos na sua obra de ressurreição da pátria”. Distinguia dois tipos de emigração: a normal e a patológica, defendendo estas ideias em conjuntura cruel para os republicanos, com a emigração a tornar-se hemorrágica de 1911 a 1913 (dos 39515 do ano de 1910 sobre aos 88929 de 1912, aos 77645 em 1913, sem contar com o acréscimo da emigração clandestina).

Fernando Emídio da Silva – em livro acabado em 1916 – em que as negociações com a França e a Inglaterra destinavam os trabalhadores portugueses para a sua retaguarda, aspeto que o autor não considerara ainda dada a conjuntura de Guerra, mas a verdade é que o destino intraeuropeu passou a inscrever-se no mapa da emigração, precedendo a dos anos 60 (Alves, 2017).

Nuno Simões, em 1934 - cit. por Alves (2017) -, publica *O Brasil e a Emigração Portuguesa*, já sob a influência das medidas nacionalistas decorrentes da revolução

de 1930 que conduziu Getúlio Vargas ao poder, apontando as medidas que iam diminuindo o campo de ação dos imigrantes. Estado Novo foi a designação dada aos regimes dos dois países.

Nos anos 50, o crescimento económico do Brasil assegurou ainda uma retoma da emigração portuguesa. Com a ausência de liberdade de expressão, “os textos sobre a patologia da emigração passam a ter um carácter muito técnico, despido de opiniões políticas, vindos de quadros do interior do regime” (Alves, 2017, p. 238).

2. O brasileiro: ridículo e outros epítetos na visão dos literatos

Os literatos abordam o fenómeno da emigração, propriamente dito, tanto em narrativas de cariz literário (romances, contos), como em textos de cariz não literário. Incidem também no fenómeno do retorno, indissociável do anterior e que faz parte de inúmeras páginas tão criativas, quanto reais, de obras profundamente relevantes para a cultura portuguesa, brasileira e não só. No século XVIII, o ouro do Brasil atrai enormes fluxos de colonos portugueses, rumo ao sertão, emergindo a figura do *mineiro* (Minas Gerais); foi este português – velho e rico -, que retornou a Portugal, mas tão rústico como partiu. A sua ostentação (Silva, 2014) foi ridicularizada por literatos como António José da Silva (1705-1739), Correia Garção (1724-1772) e Filinto Elísio (1734-1819).

No século XIX, o *mineiro* viria a ser substituído pelo *brasileiro* que se torna personagem central de inúmeros romances de escritores portugueses. Era uma construção que não deixava de corporizar os reflexos das imagens e dos preconceitos reais, ou seja, “as conotações depreciativas sobre os emigrantes do Brasil” que regressaram definitivamente, ou vinham com frequência a Portugal. Alexandre Herculano fez notar as especificidades do conceito de brasileiro usado em Portugal: dizia respeito a quem vivia “com largueza” e não tinha nascido no Brasil. No *brasileiro* (novo-rico), sobressaíam mais os valores depreciativos que os positivos (Silva, 2014, pp. 392-392). Camilo Castelo Branco (1825-1890) caricaturou irónica e corrosivamente o emigrante retornado; em Alexandre Herculano (1810-1877), Júlio Dinis (1839-1871), Fialho de Almeida (1857-1911), Oliveira Martins (1845-1894) e Eça de Queirós (1845- 1900), o *brasileiro* não deixa de ser uma personagem marcante. No entanto, os dividendos dos *brasileiros* e as remessas dos emigrantes assumiram enorme importância, na 2ª metade do século

XIX, e, entre alguns setores da sociedade portuguesa, causaram algum incómodo ou desconforto. Mais ainda: quando os sinais de riqueza se tornavam desmesurados e ostensivos ou motivavam casamentos por interesse, que vinham derrubar antigas promessas de amor. A visão negativa da emigração para o Brasil era entendida como promotora de uma autêntica “sangria de gentes” e agravada pelos estratagemas ilegais dos “engajadores”. Acresce ainda uma visão negativa da emigração para o Brasil, entendida como promotora de uma autêntica “sangria de gentes” e agravada pelos estratagemas ilegais dos “engajadores” (Silva, 2014, pp. 391-392).

No século XX (Silva, 2014), apesar de o Brasil continuar a ser uma terra de eleição, outros países como os Estados Unidos da América (para os açorianos) ou a África do Sul e a Venezuela (para os madeirenses) acabaram por se tornar mais atrativos. A literatura nacional e insular passa a captar um fenómeno mais universal e de contornos diferenciados, como Trindade Coelho (1861-1908), Ferreira de Castro (1898-1974), Aquilino Ribeiro (1885-1963), Florêncio Terra (1859-1941), Urbano de Mendonça Dias (1878-1951) e Cristóvão de Aguiar (1940...). Em alguns casos, a figura do *brasileiro* ainda merece algum destaque.

A diversidade de relatos, a multiplicidade de abordagens - por vezes muito próximas de factos e cenários reais -, preenchem, ao longo de quase trezentos anos, um amplo número de obras literárias que tornam-se fundamentais para uma melhor compreensão e explanação da emigração enquanto fenómeno crucial na história da população portuguesa, em geral, e insular, em particular, requerendo o devido cuidado na sua leitura e interpretação - tendo em conta a necessária distinção entre a ficção e a subjetividade, por um lado, e as circunstâncias reais, por outro. A literatura constitui, pois, uma relevante fonte para o estudo da história da emigração portuguesa e da imigração brasileira (Silva, 2014).

Entretanto, Antunes (1981) regista que à figura do emigrante atribuem-se determinados atributos que valorizam, entre outros, a iniciativa pessoal, a capacidade de sacrifício e de trabalho, a vontade de melhorar a vida, de *ser alguém*, ou seja, de subir na escala social. O emigrante representa alguém que, pelo seu próprio esforço, sacrifício e trabalho, é capaz de vencer o peso da hereditariedade do *status* social dos seus pais, reunindo os bens económicos que lhe permitam ser *mais* na sua comunidade. Muitas vezes, esta imagem está rodeada de outros

valores socialmente bem considerados, como a capacidade de enfrentar riscos e perigos, a coragem e a disponibilidade para viver a aventura.

Recuando à literatura oitocentista, chegamos ao incontornável Camilo Castelo Branco que, subsistindo da escrita, acabaria por se suicidar. O *brasileiro* Manuel Pinheiro Alves, casado com Ana Plácido, a grande paixão do escritor, é a particularidade que explica, em boa parte, a presença de *brasileiros* nas suas obras, sempre olhados de forma depreciativa e caricatural. Em *Eusébio Macário* (1879), a filha do farmacêutico Macário, Custódia, casa por interesse com o rico negociante feito comendador, Bento José Pereira Montalegre. Eis a sátira (Silva, 2014, pp. 393-394):

O brasileiro Bento José Pereira Montalegre (...). O Bento também saiu comendador, dera quatro contos para os asilos, moeda forte, e mandara ao correspondente Araújo & Filhos, rua dos Ingleses, Porto, que lhe mandasse abrir as suas armas num anel de ouro, sobre uma chapa do tamanho de uma fava pequena. – Que à fava devia ir o Bento – dizia Araújo & Filhos. (...) – Este pulha, o Bento, com armas reais em anel! Está tudo perdido! O Molarinho não achou no índice alfabético dos apelidos nobres o Montalegre. Esteve para criá-lo, inventá-lo (...). Mas receou exceder a missão da arte na cooperação dos fidalgos. Como ele também era Pereira, gravou o baixo-relevo do braço do condestável, dos Braganças (...). As gazetas tinham falado no donativo e na mercê régia concedida ao nosso benemérito irmão de além-mar. Um correspondente de Chaves, cheio de ódios aos actos ministeriais, metia a riso a graça e o agraciado, descosia-lhe a geração, contava que havia gente que lhe conheceu o pai soldado de milícias, e a mãe uma cabreira de Barroso.

Mas este casamento – de intrigas, vinganças e adultérios -, leva à expulsão de Custódia do palacete, considerando os Macários “má raça”, permitiu a Camilo outro objetivo: retratar a decadência da sociedade do seu tempo, queurgia regenerar (Silva, 2014, p. 395).

No romance *A Brasileira de Prazins* (1882), mas com ação nos anos 1845-1846, no norte do país, ainda em torno de miguelistas e apoiantes do realismo. Marta é a personagem principal, obrigada a casar com um tio *brasileiro*, rico e avarento, mas

a imagem que passa é a ganância e despeito do pai de Marta em relação ao irmão Feliciano (Silva, 2014, pp. 395-396):

Marta era filha de um lavrador mediano que tinha em Pernambuco um irmão rico de quem dizia o diabo. Chamava-lhe ladrão porque, no espaço de vinte anos, lhe mandara três moedas, com os seguintes encargos: à mãe 6\$000 réis fortes, às almas do Purgatório, de Negrelos, 3\$000 réis também fortes, que lhos prometera quando embarcou, e o resto para ele - 5\$400 réis, dizia, é que o maroto, podre de rico, me mandou em vinte anos!

As obras literárias, com especial relevo, os romances realistas e históricos, bem como as crónicas sociais dos séculos XIX e XX, podem e devem constituir fontes importantes para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil (e não só), salvaguardado o distanciamento face ao conteúdo ficcional e aos rasgos criativos. Das descrições às personagens, múltiplos são os testemunhos e os registos associados ao fenómeno da diáspora, nas suas múltiplas vertentes ou faces, e enquanto realidade que os escritores viveram, conheceram e observaram de perto. Em Portugal continental e insular, no âmbito da literatura portuguesa e “açoriana”, existe uma grande variedade de autores e literatos que, não obstante percursos de vida diferentes e “visões do mundo” distintas, nos legaram inúmeras obras (romances, contos, ensaios, relatórios), que configuram um contributo incontornável para a tarefa interpretativa dos historiadores (Aguiar, 1991).

Nem todos os emigrantes embarcaram em projetos de sucesso. Seguramente, uma elevada percentagem. Quantos não lograram enriquecer apesar dos sacrifícios? Quantos não foram enredados em contratos fraudulentos e em formas de exploração? Quantos não adoeceram e até perderam a vida? A emigração é também um fenómeno de incontáveis dificuldades, algumas das quais foram descritas por literatos, quase com o rigor do testemunho historiográfico. Um destes autores foi Ferreira de Castro. Escritor e jornalista português, foi emigrante no Brasil, para onde partiu com apenas 12 anos de idade. Chegou a viver na Amazónia e enfrentou diversas vicissitudes. Ao regressar a Portugal tornou-se redator do jornal *O Século* e diretor de *O Diabo*, deixando dois romances sobejamente conhecidos: *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930).

Este último é, para o próprio autor, um romance autobiográfico. De acordo com o seu testemunho, trata-se de uma dívida de memória:

Eu devia este livro a essa Amazônia longínqua e enigmática, pelo muito que fez sofrer os primeiros os da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, aos anónimos desbravadores, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crónica definitiva, que à extração da borracha entrega a sua fome, a sua liberdade, a sua existência. Livro bárbaro, como a vida que enquadra, como o cenário que lhe serve de fundo, ele completa (...), o meu romance 'Emigrantes'.

Num, a paisagem ridente do sul do Brasil; noutra, a paisagem majestosa do Norte. Em 'Emigrantes', o exílio pelo estômago; neste, o desterro pelo espírito. E nos dois, a uni-los (...), a luta pela vida, a conquista do pão, a miragem do ouro (...). (Machado, 2005, p. 54)

O momento marcante da chegada e do desembarque no Brasil torna-se um comprovativo literário de múltiplas situações que a própria historiografia já provou: o estado de espírito dos emigrantes, as contingências dos clandestinos, a pluralidade de “nações” na demanda da nova terra e as condições de receção (Silva, 2014, p. 403-404).

(...) Os que desembarcavam no Rio começaram a abandonar o convés e, quando volviam, empilhavam, aqui e ali, sacos e baús. (...). Alguém gritou: “O Pão de Açúcar!” (...). Os emigrantes repetiam com emoção: “O Pão de Açúcar!”, “O Pão de Açúcar!” como se dissessem aos outros e a eles próprios: “Finalmente!”, “Finalmente!” (...). Afonso surgiu, de novo, ao seu lado (...):

— Não é aqui que desembarcamos. O vapor vai atracar mais adiante, no Cais de Mauá, ou lá o que é. Sabe? Os dois homens que foram encontrados sem passaporte estão já nas unhas da polícia. (...) Foi o comandante quem os entregou. Eu até vi o mais novo a chorar... (...). Mudando de lugar, Manuel da Bouça viu sair os companheiros da travessia. Do lado da baía estava atracado ao navio [Darro] um rebocador, que os ia levar à Ilha das Flores, onde haviam de sofrer rigorosa quarentena. Os russos foram os primeiros a descer (...). Depois as famílias portuguesas: eles, de sapatorras, calças acastanhadas e jaleco de rústicas linhas; elas, de saias mui rodadas e escuras, lenço na cabeça, umas de blusa pintalgada,

outras enrodilhadas num xaile - e os filhos num novelo de trapos, quase confundidos com a bagagem. Ruidosas, (...), as polacas passaram lestantemente de uma embarcação para a outra e atrás delas seguiram os galegos, desempenados, respirando saúde e decisão.

Depois da admiração causada pela Guanabara, a entrada no porto de Santos deslumbrara menos os olhos dos emigrantes. (...).

Os emigrantes foram-se comprimindo entre a escotilha e a amurada, enchendo de negrume o local. (...). Quando os italianos estavam todos conferidos, o homem que ordenara a chamada distendeu o pescoço sobre a gola da farda e arengou no idioma daqueles a quem se dirigia:

— ‘O Estado de S. Paulo orgulhava-se de possuir a legislação mais completa, mais liberal e humana de todas as que existiam, nos outros países, sobre imigração. Riquíssimo, com terras de uma fertilidade assombrosa, onde a natureza se encarregava de facilitar.

O atributo de *brasileiro* aplicado ao *torna-viagem* (como antes o de *mineiro*, o de *africanista*, o de *americano* ou o de *francês*, embora em menor escala) desenvolveu-se como estereótipo inscrito num processo difuso de identidade social, alimentado, na terra natal, pelas mitologias da emigração e do retorno. A classificação que conferia o estatuto de brasileiro correspondia, na mentalidade coletiva, à etapa final do percurso migratório sonhado, ao fecho do ciclo com o regresso do *filho da terra*, acompanhado por traços de uma cultura distante e por economias poupadas ao longo da vida, mas para os que apresentavam algum sucesso, pois os restantes – os de “mão-furada” ficaram assim conhecidos (Alves, 2004, s.p.):

Brasileiro, brasileiro,

Chamam-te de mão-furada;

Foste ao Brasil e viestes (sic)

Não trouxestes (sic) de lá, nada.

Os médicos (sobretudo os formados pelas Escolas Médico-Cirúrgicas, subalternizados até 1866 pelos de Coimbra), advogados, padres, jornalistas (grande parte da imprensa brasileira era dominada por portugueses) e os

vocacionados para serviços comerciais ou bancários constituíam família e raramente voltavam. No fundo da escala social, o comportamento migratório era idêntico: os "colonos" ou engajados por contratos de locação de serviços, "escravatura branca" que ampliava a tradição do trabalho "negro" nas fazendas e nas obras públicas, bem como os emigrantes livres cujas capacidades se resumiam ao trabalho braçal e que nunca chegavam a acumular qualquer pecúlio suficiente, "limitando-se a prolongar a sua miséria de partida" (Alves, 2004: s.p.) raramente voltavam (a não ser pela via da repatriação, que foi bastante usada a partir dos finais do século XIX e durante o século seguinte).

Mas o ciclo do sucesso do torna-viagem só ficaria completo com o matrimónio que passava por estratégias de inserção no Brasil, configurando "lógicas tradicionais de credibilidade e proteção definidas por cumplicidades ancestrais de parentesco e vizinhanças, caracterizadores do contexto económico e social do Minho" (Alves, 2007, p. 447). Tais estratégias em Portugal e no Brasil provinham da existência dos laços familiares, de cumplicidade geocultural e da partilha de conhecimentos privilegiados e experiência comercial experimentada na emigração. Não eram raros os casamentos dos caixeiros no Brasil com as filhas dos patrões, ou com filhas de outros capitalistas estabelecidos no Brasil. Muitos destes caixeiros eram originários da elite rural alfabetizada que, rapidamente, se inseriam nas estruturas comerciais e burguesas do Rio de Janeiro. Casar no Brasil com alguém natural da terra natal ou vir casar a Portugal "era obter certificados de qualidade social e moral" (Alves, 2007, p. 447).

Entretanto, considerando ainda Alves (2004), há conjunturas a considerar: i) as décadas de 1830 a 1870, foram mais propícias ao retomo de "brasileiros" endinheirados, em função da hostilidade ao português, que suscitava manifestações nas ruas do Brasil. Entre 1830 e 1850, por altura das medidas ligadas à extinção de escravos, tornou-se visível o refluxo de grandes negociantes ligados ao tráfico (caso do Conde de Ferreira, dos irmãos Pinto da Fonseca, entre muitos); mas havia também razões políticas (sobretudo, em sequência de motins lusófbos); e as práticas comerciais das casas de grosso trato ou de secos e molhados, com a norma de os proprietários se retirarem para Portugal quando encontravam um sucessor que assegurava o negócio, garantindo prestações regulares, sob o controlo à distancia do proprietário).

A questão das nobilitações, que Alves (2004) assinala, é um exemplo vivo de polémicas em torno do equilíbrio na balança das dádivas da sociedade oitocentista. O que deu o brasileiro para ser barão ou visconde? Fazer benemerências é um dos papéis que se espera ver cumprido pelo brasileiro que voltou rico e em idade avançada: deu o suficiente, a quem, com que sentido? Fez escolas, hospitais ou asilos? Comprou fundos do Estado (títulos de dívida pública); ajudou partidos? Confere-se-lhe título e/ou ergue-se-lhe estátua na praça? Ou dá-se-lhe apenas nome de rua?

Encontram-se afinidades de comportamento esparsas, um espírito de tertúlia que os levava a encontrar um fio identitário que os podia conduzir à associação em negócios, participação em clubes ou espaços de lazer; mas a verdade é que “há “brasileiros” nos vários estratos sociais, para todos os gostos, apresentando muitos deles capacidade para movimentos de ascensão social que concretizam o mito de “self made man”, como sustenta Alves (2004, s.p.).

Entre as muitas paixões de Camilo Castelo Branco conta-se Ana Plácido, que casou com o *brasileiro* Manuel Pinheiro Alves. Esta particularidade explica, em boa parte, a presença de *brasileiros* nas suas obras, sempre olhados de forma depreciativa e caricatural. Camilo foi um homem do seu tempo e um sagaz observador social, ainda que com alguma parcialidade. As suas novelas ou “crónicas sociais” constituem, pois, relevantes fontes para os estudos historiográficos, como descrito por Silva (2014). Uma delas, escrita em 1879, intitula-se *Eusébio Macário: história natural e social de uma família no tempo dos Cabrais* (Branco, s./d. b., cit. por Silva, 2014). A ação desenrola-se nos anos de 1840, no norte de Portugal, sendo Eusébio Macário um farmacêutico de aldeia, viúvo e pai de dois filhos: o boémio José Macário e a sensual e atrevida Custódia. Esta vem a ser cortejada por um *brasileiro*, o rico negociante feito comendador, Bento José Pereira Montalegre, e acaba por casar com ele apenas por interesse. Todavia, se as gentes da aldeia são descritas como materialistas e interesseiras, a crítica mordaz atinge a figura do “comendador Bento” a quem Camilo atribui o perfil de novo rico arrivista e socialmente trepador, à semelhança dos muitos *brasileiros* beneméritos – conforme Silva (2014).

É ainda Silva (2014) que ressalta O romance *A Brasileira de Prazins*, escrito em 1882, deixa transparecer um tom menos satírico. A ação decorre nos anos de 1845-

1846, também no norte do país, enquadrada pela polémica, ainda vigente, em torno dos miguelistas e apoiantes do realismo. Marta é a personagem central que, depois de um amor impossível, que leva o amado à morte, vê-se obrigada a casar, por vontade de seu pai, com um tio *brasileiro* rico e avarento, regressado à terra. Todavia, a imagem que ressalta é também a da ganância e despeito do pai de Marta em relação ao irmão Feliciano.

Se o retrato da decadência de valores da sociedade portuguesa é uma constante nos romances camilianos, a problemática dos preconceitos da velha nobreza arruinada face à nova burguesia enriquecida — onde se enquadravam os *brasileiros* —, estão bem patentes na obra *Os Brilhantes do Brasileiro*, escrita e publicada em 1869. Atentemos na escrita de Camilo (Branco, 1916, cit. em Silva, 2014, p. 395):

Ao cabo de onze léguas de jornada, encontraram a quinta dos Choupos, residência de Rita de Barrosas, que os do sítio chamavam a sr.^a D. Rita brasileira. Quando apearam, Hermenegildo estava no espaçoso pátio vigiando os pedreiros que derruíam uma antiga torre de arquitetura manuelina para construir nos alicerces dela uma capoeira. Fialho, habituado a ouvir repetidas descrições da formosa fidalga, reconheceu Ângela. Apertou o cós das ceroulas, abotoou o colete amarelo, deu um jeito ao colarinho desengravatado, e foi ao portão receber a hóspede. (...). Entraram nas vastas salas, onde o brasileiro tinha recolhido as espigas do milho a monte, de mistura com as cebolas, e as nozes e as castanhas.

Neto (2009, p. 513) discordou, veementemente, de Camilo:

(...) Se Camilo tivesse podido contar o ouro que todos os anos os 'brasileiros' fazem pesar na nossa balança económica e influir tão beneficemente na nossa situação financeira; Se Camilo tivesse anotado, de norte a sul do nosso país, o que os 'brasileiros' tem feito de útil e de belo, mesmo de grandioso, em vivendas, quintas, estradas, igrejas e hospitais! (...) Se Camilo tivesse feito uma estatística dos pobres socorridos, das famílias remediadas e das doenças tratadas com o dinheiro dos 'brasileiros'!... Se Camilo, tudo isto tivesse visto e pesado, teria por certo feito escrever, á sua pena sublime incomparável, obras maravilhosas de louvor e gratidão pelos 'brasileiros'. Comparem-se agora com estes beneméritos, essa alcateia de vampiros que abruptamente surgiram neste lindo país, durante e

depois da guerra, e, que aproveitando-se das facilidades do crédito e da desvalorização da moeda tão rapidamente fizeram fortuna que o povo os alcunhou de novos-ricos. Estes diferenciam-se bem dos 'brasileiros' como o egoísmo da filantropia como a avareza da generosidade. Os 'brasileiros' enriquecem o país com o ouro que nos mandam, os novos-ricos empobrecem-nos com o ouro que exportam. Aqueles criaram a abastança, a parcimónia no viver, estes desenfream o luxo e o prazer de gastar. Os primeiros encheram o país de escolas e obras de beneficência, os últimos abriram nas cidades os clubes de depravação e desviaram da honestidade milhares de raparigas.

Eça de Queirós, cit. por Alves (2000.a, pp. 19-20) zurze, impiedosamente, o *brasileiro*:

Há longos anos, o brasileiro (o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico) e, entre nós, o tipo de caricatura mais francamente popular (...), grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vizinha adocicada, olho desconfiado e um vício secreto (...) o senhor de todos os prédios grotescamente sarapintados, o frequentador de todos os hotéis sujamente lúgubres, o namorado de todas as mulheres gordalhufamente ridículas. (...) o trabalho tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda da mandioca numa baía de Pernambuco; o dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo. (...) De facto, o pobre brasileiro, o rico torna-viagem é (...) o grande fornecedor do nosso riso (...) a pobreza, tão juntamente respeitada, nele é quase cómica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo patacho Constância e os faros de café que carregou para as bandas de Tijuca; o amor, tão teimosamente idealizado, nele faz rir, e recor a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa: ó minina !

Entretanto, nos finais de 1874, Eça é deslocado de Havana para Newcastle, sentindo-se (Alves, 2000.a, p. 26):

(...) impressionado pelas difíceis condições de trabalho do emigrante português em toda a América e ciente do preço que tinha de pagar o 'torna-viagem' para um dia,

poder regressar ao país natal, rico e ufano, — ou mais pobre e desesperado do que quando partira em busca do Eldorado.

Ao prefaciar o romance do seu amigo Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares* (1886) —, cuja personagem é um homem honesto, trabalhador e generoso, a antítese do estereótipo mais comum do *brasileiro*, Eça elogia o autor por ter ido

(...) buscar o brasileiro a esses limbos da caricatura disforme para o fazer reentrar na natureza, e na partilha comum do bom e do mau humano; revestindo-o, pela verdade observada, de todas as excelências morais de que o despira, sistematicamente, a calúnia romântica; mostrando no antigo Bruto a possível existência do Santo — executou uma verdadeira reabilitação social. (Alves, 2000.a, pp. 392-399)

É Eça a concluir que, noutras nações europeias, praticamente não fosse vista nenhuma distinção entre o *brasileiro* e o português, a não ser no carácter mais comedido do segundo, pois não sofrera as “influências do clima tropical” do Brasil. Brito (2016, p. 358) esclarece as características elencadas dentre as semelhanças, como “a mesma cor, o mesmo feitio,” e “o mesmo tosco”, trazem associações que apontam para um sentido de brasileiro que pode estar associado tanto ao “torna-viagens” quanto ao brasileiro nato”.

No estudo de Rómulo de Jesus Farias Brito, de 2016, justifica-se o brasileiro como tipo português: o uso de um estereótipo cultural na reflexão sobre a sociedade portuguesa em *As Farpas* (fevereiro de 1872), analisa um texto produzido por Eça de Queirós acerca do brasileiro, presente na edição de fevereiro de 1872 de *As Farpas*, a fim de compreender como o autor utiliza este personagem-tipo na reflexão sobre a sociedade portuguesa. Partindo da hipótese de que “o emprego do *brasileiro* neste documento está perpassado por uma profunda reflexão acerca da identidade portuguesa, no qual o autor fez uso das relações culturais luso-brasileiras”, este trabalho analisa os usos desta expressão neste escrito de Eça de Queirós.

A análise cinge-se à hipótese de que este personagem-tipo está diretamente ligado à problematização sobre a sociedade portuguesa que se dava naquele

momento, além de fazer uso das relações culturais luso-brasileiras, sintetizadas na figura do *brasileiro*).

O Brasileiro. Conhece por certo Vossa Majestade o brasileiro de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o do Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor: este não é o nosso brasileiro. Há dias líamos no registro dos leitores de uma biblioteca o seguinte: Fulano de tal – profissão, brasileiro – naturalidade, Mesão Frio. Este, imperial senhor, é o nosso brasileiro. Ele habita o Pedro Alexandrino e frequenta os banhos sulfúricos do doutor Lourenço, o Club Lisbonense e algumas boticas. Tem muito dinheiro, o que o não impede de ter várias moléstias. As orelhas dele são geralmente lívidas e separadas do crânio. Ainda acamarado com outros, e encontram-se sempre em turmas ou no passeio de Pedro de Alcântara, onde costumam sentar-se ou nas carruagens do caminho de ferro onde descalçam as botas, ou no Pedro Alexandrino onde vagueiam num silêncio misterioso embuçados nas suas capas. Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribos, sem pátria que o adote, porque em Portugal chamam-lhe galegos. São esses que aí vão – de bengalas de unicórnio na mão e alfinetes de brilhantes no peito das camisas. (As Farpas, 1872, pp. 22-23, cit. por Brito, 2016, pp. 351: 352)

Prosseguindo a descrição:

Há longos anos o *brasileiro* é criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as cançonetas espalham-no, popularizam-no, acentuam-no, aperfeiçoam-no, caracterizam-no, e ele fica assim um Judas infeliz de sábado de aleluia, que cada um rasga friamente com sua gargalhada e vara com a sua chacota (...) Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés, burguês como um couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão, chapéu sobre a nuca, guarda sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos; é o gordalhufo amoroso das comédias salgadas, é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos; é o maridão de tamancos traído – dos epigramas. (As Farpas, 1872, pp. 83-84, cit. por Brito, 2016, pp. 352-353)

O *brasileiro* foi apresentado por Eça como uma personagem construída como um objeto de riso para o português, integrando um processo que, segundo o autor,

existiria em cada país com suas especificidades. O uso da expressão “caricatura” se refere exatamente à exacerbação de suas características com a finalidade de gerar o riso. A construção de estereótipos sociais através de “caricaturas” ou sátiras se dá, independentemente de seus efeitos, como uma forma de uma coletividade conferir inteligibilidade a uma realidade externa através de uma impressão global sobre o “outro” (Zink, 2011, p. 47, cit. por Brito, 2016, p. 353). Na situação específica analisada, integrava o complexo processo de reformulação identitária e cultural que se deu na conjuntura luso-brasileira após a nova situação política dos dois países (Paredes, 2013, p.105; Brito, 2016, p. 353). O que se procedia no caso do *brasileiro* era a constituição, no seio da sociedade portuguesa, de um português que apresentaria alguns traços, em tese, peculiares que o diferenciariam do “português tradicional”. O que se constitui na caracterização deste tipo é a construção de um “outro” dentro da própria sociedade portuguesa, um indivíduo nascido em Portugal, mas cujas características adquiridas após a viagem o tornariam um estrangeiro em seu próprio país e motivo de riso por parte de seus conterrâneos.

Na Europa não teria as condições para o seu crescimento, mas em locais como o Brasil se desenvolveria plenamente. A explicação estendeu-se para a moral dos indivíduos: Mesma lei para as qualidades morais: o espanhol das Astúrias, modesto, humano, discreto e grave – passado para o sol do Equador nas Antilhas Espanholas, torna-se o espanhol violento, vaidoso, sanguinário, ruidoso e febril!

– Pois bem: eis aí: O Brasil é Portugal – dilatado pelo calor. O que eles são expansivamente – nós somo-lo encolhidamente; as qualidades retraídas em nós, estão neles florescentes; nós somos modestamente ridículitos, eles são à larga ridiculões. Os nossos defeitos, sob o sol do Brasil, dilatam-se, expandam-se, espraiam-se! (...) Sob o sol do Brasil a bananeira abre-se em fruto e o português abre-se em brasileiro. Eis o formidável princípio, - O Brasileiro é o Português desabrochado. (As Farpas, 1872, p. 88, cit. por Brito, 2016, p. 357)

Lá fora não nos distinguem: acham-nos quase a mesma cor, o mesmo feitio, o mesmo tosco – mas quase: é que nos acham mais acanhado, mais apanhados sobre nós, mais concentrados. É como um ananás de estufa: é o aroma, o sabor, a cor, a forma do ananás – mas não tem a forte seiva, a viva florescência: em nós também,

acha-se o Brasileiro sem a sua expansão, é o Brasileiro com as cores desbotadas. É que o Português é o Brasileiro de estufa! (As Farpas, 1872, cit. por Brito, 2016).

Eça de Queirós (cit. por Brito, 2016, p. 359) alega que as semelhanças entre as características existentes no *brasileiro* e no português fariam com que praticamente não fosse vista nenhuma distinção entre os dois. As únicas diferenças residiriam apenas no caráter mais comedido que existiria no cidadão de Portugal, uma vez que não sofrera as “influências do clima tropical” existente no Brasil. As características elencadas dentre as semelhanças, como “a mesma cor, o mesmo feitio,” e “o mesmo tosco”, trazem associações que apontam para um sentido de brasileiro que pode estar associado tanto ao “torna-viagens” quanto ao brasileiro nato. Nas considerações de Eça, o português estaria ainda abaixo do brasileiro tão criticado, uma vez que não apenas traria, mesmo que de forma contida, todos os seus defeitos, mas carregaria inúmeros outros que seriam expostos na forma ambígua com que se relacionaria com seu objeto de riso.

Torna-se evidente a partir da apresentação e desconstrução realizada por Eça de Queirós que a figura do *brasileiro* foi utilizada como um eixo para a reflexão sobre as possíveis conexões entre as identidades portuguesa e brasileira. Uma rápida visão sobre as características atribuídas ao personagem-tipo no imaginário português, assim como da visão sobre este mesmo viajante por parte da sociedade brasileira, mostra que o *brasileiro* acabava por se constituir como um “outro” em ambas as nações, tornando-se objeto de riso a partir de pontos muito semelhantes, mas pelos motivos distintos que envolviam o processo de demarcação cultural entre os dois países.

Ao desconstruir a composição deste estereótipo, no entanto, Eça de Queirós acaba por tornar este personagem-tipo, que seria um “outro” em ambos os lados do Atlântico, em um meio termo entre Portugal e Brasil, entre o português e o brasileiro nato, o “entre-lugar” onde as conexões e diferenças entre ambas as culturas deveriam ser observadas (Brito, 2016: 361). Desta forma, a utilização do brasileiro por Eça de Queirós é um claro exemplo de como a problematização realizada em Portugal naquele período, especialmente a partir da “geração de 70”, “se dava não apenas por uma reflexão sobre as características intrínsecas à própria sociedade portuguesa, mas também a partir de um olhar sobre outras nações para além da Europa”. O estereótipo em questão, tão difundido no imaginário social do

país, foi um dos vários instrumentos empregados pelo autor no questionamento sobre Portugal enquanto nação, povo e cultura. O *brasileiro* tornando-se não apenas um tipo português, e sim o próprio português, como destaca Brito (2016).

Ferreira de Castro, ele próprio emigrante, no romance *Emigrantes*, descreve o sonho de Manuel da Bouça (Silva, 2014, p. 402):

Via-se de regresso, (...), com duas malas, boas roupas e bons chapéus, como nunca se fabricaram em S. João da Madeira. E o panorama que os seus olhos contemplavam sofria profundas alterações (...). E tudo aquilo era dele. Tudo fora ganho com o seu suor, dia a dia, hora a hora. Iria! Pena era que não tivesse resolvido isso há mais tempo, quando estava solteiro e tinha sangue na guelra. (...). Agora, com os seus quarenta e um — (...) — e uma filha na idade de casar, não se podia deter por lá muito tempo. Demoraria apenas o suficiente para juntar o dinheiro dos campos e mais alguns mil réis que a Amélia precisasse de gastar em caso de doença.

João Chagas (1896, *Aspectos do Brasil*, in *Branco e Negro*, Lisboa, 1 (3), p. 12, cit. por Alves (2004) também sustenta os predicados do *brasileiro*.

Em meados do século XIX, Fafe é terra dos brasileiros ricos (...) gente que se veste a rigor, constelados de anéis e com filhos a estudar no estrangeiro () esplendidamente pensionados (...) regressados aos seus lares, o seu pensamento é a Europa, especialmente a França, porque a civilização francesa é a que mais fascina pelo aparato do seu luxo e do seu brilho.”

O brasileiro rico manda os filhos a educara `s universidades de França, da Bélgica e da Suíça, para a Escola de Engenharia Civil de Gand, pra a de Agricultura de Glembox, para a de Arte e Officios de Liège, para a de medicina de Montpellier, ou para as faculdades de Paris (...).

3. O *brasileiro* no desenvolvimento da vila de Fafe

3.1 Da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX

A respeito das remessas de capitais dos *brasileiros*, Coimbra (2016) ressalva que os recursos, as ideias, os modelos de vida e civilizacionais tiveram impacto na então vila de Fafe que passa a desenvolver um centro urbano, marcado pela abertura de

ruas e praças e implantação de edificações – caracterizadas por uma arquitetura e decoração ao gosto de brasileiro com elementos de *Art Nouveau* e Neoclassicismo (estética Imperial no Brasil).

Reconhece-se outro ponto fundamental, as vias de comunicação, como as pontes novas de Ranha (Fafe-Celorico de Basto), de S. José (Fafe-Felgueiras) e Golões (Fafe-Guimarães), que substituíram as estruturas medievais, gerando fluxos de pessoas e mercadorias. Outro facto desenvolvimentista terá sido a localização como ponto de ligação entre o litoral e o interior, obrigando a aristocracia rural da região de Basto a passar por Fafe a caminho das praias – Póvoa de Varzim, principalmente -, ou dos centros económicos e sociais da época – Guimarães, Braga e Porto. No sentido inverso, quem se dirigia para Chaves, Vila Real, termas de Vidago e Pedras Salgadas e fronteira com Espanha.

Fafe não tem um centro histórico, apenas uma *rua* (atual praça 25 de Abril) – estrada de Guimarães para Cavez (Cabeceiras de Basto) “aonde está a Casa da Camara, & Cadeia”, a que se referia Carvalho da Costa, no início do século XVIII – cit. por Coimbra (2016, p. 98). Atualmente, a *rua* é formada pela praça 25 de abril, rua monsenhor Vieira de Castro a avenida 5 de outubro.

Mapa 1

Vila de Fafe em 1866



Fonte Coimbra: 2016, p. 99.

Coimbra (2016, p. 100) esclarece que aquela planta implica medidas importantes:

Primeiro – Que o alinhamento das ruas e terreiros nunca poderá ser alterado, senão para alargamento ou alinhamento maior do que o constante da mesma planta.

Segundo – Que o nivelamento das ruas não invalidará o que neste respeito está julgado pelos tribunais competentes.

Terceiro – Que a Praça ou Terreiro demarcado no local chamado do Concelho, ao sair da Rua Nova que ali vai terminar poderá ser alterada se a conveniência pública exigir que seja naquele local, que se edifique a nova casa para aula de instrução primária.

3.2 Os *brasileiros* na composição económico-social e administrativa de Fafe em 1909

Em 14 de setembro de 2015, noticiava-se *Fafe homenageia os seus “brasileiros”* (<http://bomdia.eu/fafe-homenageia-os-seus-brasileiros/>), recriando o período histórico em que centenas de residentes emigraram para o Brasil, onde alguns fizeram fortuna e regressaram para investir na terra natal, construindo edifícios (e alguns palacetes) que ainda hoje marcam, indelevelmente, a paisagem local. Dois desses palacetes (Casa da Cultura e o renovado para Arquivo Municipal, iriam acolher várias atividades culturais - música, teatro e dança, para além da gastronomia dos dois lados do Atlântico, tendo como pano de fundo a balizagem cronológica de 1890 a 1915. Esta marca está tão presente nos fafenses que não temos pruridos em seguir os que afirmam que “*Fafe é a cidade mais brasileira de Portugal*” ou, numa asserção igualmente realista, “*Fafe, capital da arquitetura dos brasileiros*”.

A atividade contou com os apoios do Ministério da Cultura do Brasil, através da *Plataforma Fafe Cidade das Artes*, e do Estado de Sergipe, no norte brasileiro, facto comprovativo de que a questão também é prioritária para aquele país. Visitas guiadas pelo património arquitetónico dos “*brasileiros de torna-viagem*”, demonstrações de capoeira, recriações teatrais e momentos de fotografia, foram

outros eventos que contam com o apoio da associação que representa os brasileiros que residem em Portugal, havendo ainda lugar para uma representação teatral, em torno do imaginário dos antigos cabarés brasileiros; o apogeu incidu no cortejo histórico, com cerca de um milhar de figurantes, no qual as freguesias e as associações de Fafe desfilaram pela cidade, com cenas e carros alegóricos que evocaram aquele período histórico.

Alves (2007) reforça que o retorno de muitos emigrantes do Brasil, na segunda metade do século XIX, teve um impacto muito significativo na história e cultura portuguesas, atribuindo-se-lhes o papel de transformadores num Portugal urbano e moderno, nomeadamente na construção de casas nas novas vilas com sede administrativa liberal, estradas, forte presença nos órgãos de administração pública, na fundação de bancos e casas comerciais, na proliferação do telégrafo, trazendo para Portugal o que o Rio de Janeiro instituíra como tempos hodiernos. Entretanto, o país mergulhara numa crise política, económica e social; a monarquia tinha os dias contados tal era a força ideológica de um segmento da sociedade burguesa portuguesa. Mesmo assim – e graças ao desempenho dos *brasileiros* -, um retrato de Fafe, em 1909, feito por Alves (2000.b) comprova um patamar de reconhecido desenvolvimento da vila de então.

A comissão organizadora das festividades comemorativas da chegada do caminho-de-ferro a Fafe, composta por *brasileiros* e ilustres de Fafe, líderes do partido monárquico local, numa altura em que os ventos da República portuguesa já pairavam no ar, como comenta Alves (2007).

Quadro 1

Composição administrativa, social, económica e cultural de Fafe (1909)

Administração²	Subdelegacia de Saúde: 1 subdelegado
Câmara Municipal: Presidente, Vice-Presidente, 5 vereadores, (...) 2 médicos municipais	Advogados: 10
Junta de Paróquia: 2 padres, 2 leigos	Solicit.res: 4
Administração do Concelho: 1 administrador, 1 secretário, 1 amanuense, 2 oficiais de diligência	Cadeia: 1 carcereiro
Repartição de Fazenda: 4 funcionários	Obras públicas: 1 chefe de conservação
Fiscalização de Impostos: 1 fiscal	[Hospital]
Aferição de pesos e medidas: 1 aferidor	Asilos: de infância desvalida; de Santo António, hospício dos expostos
Tribunal judicial: 1 juiz, 3 substitutos, 1 delegado procurador régio, 12 funcionários	Jornais: 5
	Médicos: 6
	Professores particulares: 6
	Cadeia civil
	Comunicações e transportes³ Diligências: para Basto, partidas à 1 da tarde e às 11 da noite Estação de telégrafo-postal 1. ^a classe (1 chefe e 3 funcionários) Estação de caminho-de-ferro (1 chefe, 2 fatores) ⁴
Conservatória: 1 conservador, 1 ajudante	

² Monteiro, 2000, pp. 104-105.

³ Monteiro, 2000, p. 94.

⁴ Coimbra, 2016, pp. 119-120; 125; 127. Por alvará de 28 de maio de 1898 e a pedido da Companhia do Caminho de Ferro de Guimarães, era concedida autorização para construir e explorar o prolongamento de caminho-de-ferro entre Guimarães e Fafe, de via reduzida, em leito próprio e de tração a vapor, para transporte de passageiros e mercadorias, na sequência do projeto de lei do deputado fafense João Monteiro Vieira de Castro (futuro monsenhor Vieira de Castro). Em 21 de julho de 1907 é inaugurado o lanço ferroviário (22 kms) com um programa elaborado por uma comissão constituída, na sua maior parte, por *brasileiros de torna-viagem*. Em meados de 1907 abre-se uma avenida (do Caminho de Ferro, depois Paço Vieira e, atualmente, 5 de outubro) ligando o centro da vila à estação. A linha encerrou em 31 de maio de 1986, transformando-se numa ciclovia.

Quadro 1

Composição administrativa, social, económica e cultural de Fafe (1909)
(cont.)

Recebedoria: 1 recebedor	
Notariados: 2 notários	
Juízes de paz: 4 elementos	
Comércio e serviços⁵	
Fazendas: 19	Barbearias: 6
Mercearias: 17	Talhos: 3
Ferragens: 4	Sapatarias: 2
Louças e vidros: 2	Papel selado: 1
Tabacaria: 2	Relojoaria: 3
Doçaria: 2	Hotéis: 5
Farmácias: 2	Hospedarias: 3
Drogarias: 1	Casas de pasto: 9
Seleiros e correiros: 1	
Cafés: 2	
Ourivesarias: 3	
Agências bancárias e de seguros: 27	
Companhias marítimas: 5 (mais 1 armador e 1 desenhador)	
Atividade industrial⁶	
Fábricas: 2	
Encadernador: 1	
Marcenarias: 2	
Cutelaria: 1	
Moagens: 3	
Mestres estucadores: 3	
Mestres carpinteiros: 8	
Padarias: 3	
Tinturaria: 1	
Tanoaria: 1	

⁵ Monteiro, 2000, pp. 128-129.

⁶ Monteiro, 2000, p. 130.

Quadro 1

*Composição administrativa, social, económica e cultural de Fafe (1909)
(cont.)*

Instituições	Estação telégrafo-postal
Associação dos Bombeiros Voluntários (1890) ⁷ - 7	Estação de caminho de ferro (chegada do primeiro comboio em 1907)
Hospital da Misericórdia (1863)	
Asilos⁸	
Asilo da Infância Desvalida (1877)	
Asilo de Santo António	
Hospício dos expostos	
Cultura e Educação⁹	
Jornais: 5	
Bandas de Música: 4	
Professores: 6 particulares, na vila.	
Professores particulares: 8, nas freguesias.	
Associações culturais: Sociedade de Recreio de Fafe; Grupo Dramático dos V	
Teatro: administrado pela Sociedade de Recreio de Fafe	
Grupo musical: 1	
Escolas públicas e professores particulares¹⁰	
1886 - 13 1909 - 19 e 14 particulares	
Outros	
Passeio público (1892)	
Igreja Nova de S. José (início em 1892, fim em 1961)	
Médicos: 5	
	Arciprestado
Recebedoria	

O Quadro 1 cobre as instituições indispensáveis para se considerar o desenvolvimento de uma vila: a) o poder regional é visível na Administração do Concelho; b) o poder local é representado pela Câmara Municipal e pela Junta da Paróquia (misto de Igreja e laicismo); c) as atividades económicas e os impostos

⁷ Presidente da Comissão Instaladora, João Crisóstomo.

⁸ Monteiro, 2000, p. 134.

⁹ Monteiro, 2000, p. 136.

¹⁰ Monteiro, 2000, p. 138.

são supervisionadas pela Repartição da Fazenda, Fiscalização de Impostos, Aferição de pesos e medidas e Recebedoria; d) a justiça dirime-se com o Tribunal Judicial, os advogados, os solicitores e os juizes de paz; não faltando a imprescindível cadeia civil) os contratos e os registos definem-se com os notários e a Conservadora; f) os sinistros têm a proteção da Associação dos Bombeiros Voluntários; g) uma Subdelegacia de Saúde, seis médicos e o hospital da Misericórdia provisionam a saúde; h) os asilos: de infância desvalida; de Santo António e o hospício dos expostos (na ausência de convento ou mosteiro) são o garante da proteção social; i) seis professores particulares promovem o ensino das classes abastadas; j) a Igreja privilegia Fafe como centro de um arceprelado, envolvendo paróquias de vários concelhos; k) as comunicações presentificam-se com a estação telégrafo-postal, a estação de caminho de ferro (chegada do primeiro comboio em 1907) e a diligências: para Basto (partidas à uma da tarde e às onze da noite); l) a cultura vê-se num teatro e grupo dramático (ainda não é o teatro-cinema, de 1923) e num grupo musical; m) por fim, cinco jornais, dividindo-se pelas ideologias monárquica e republicana fazem a cobertura do que é considerado notável para cada um dos campos.

O espírito filantrópico e empreendedor do *brasileiro* está subjacente em muitas áreas registadas no Quadro 1, além da atividade industrial em Fafe; nascida, timidamente, na primeira metade do século XIX, alcançando uma dimensão considerável na segunda metade do século XX, com algumas unidades fabris de relevo.

(...) A indústria fafense possui marcas bem significativas da ação dos seus “brasileiros”, contando-se, entre estes José Ribeiro Vieira de Castro, José Florêncio Soares, Eustáquio Sequeira Mendes, bem como os descendentes de João Martins Guimarães. Estes «brasileiros» são, respetivamente, os fundadores da Companhia de Fiação e Tecidos de Ferro, Fábrica Fafense de Gasosas, Refrigerantes e Laranjadas e Empresa Têxtil do Rio Ferro. A implantação destas indústrias teve um grande impacto económico e social em Fafe, quer pelos investimentos diretos, quer pelos postos de trabalho criados, os quais funcionaram como pólos de atração demográfica, levando a que gentes de diferentes proveniências geográficas aqui se viessem instalar (...). (Alves, 1991:155, cit. por Dias, 2015, pp. 25-26)

Se aditarmos as fábricas com um quadro mais clarificador da importância de Fafe nas vésperas da implantação da República. Um trabalho mais profundo dar-nos-ia o desempenho do comércio não estivessem as casas *brasileiras*, na sua maioria, preparada para o acolher no rés-do-chão. A percepção reside na leitura do *Mapa 1*. O território da vila de Fafe (cerca de 2, 3 km²) tem construções *brasileiras* em linha, dispersas e concentradas, significando que as ruas se abriam consoante as necessidades e influências dos *brasileiros* junto da municipalidade.

Uma descrição anterior comprova o desenvolvimento de Fafe:

(...) eis-nos em Fafe, olhando das janelas do hotel da Vista Alegre a physionomia da graciosa villa, que mais de perto vamos analysar, o que aliás é fácil e se executa em pouco tempo, porque, exceptuando a nossa gravura de página e que é, por assim dizer, o coração de Fafe --- haja em atenção ao relógio da Praça municipal que lhe marca as pulsações, --- a duas ou três ruas mais e a um outro largo se reduz a topografia local. Fazendo esta visita percebe-se bem que vae numa phase crescente de prosperidade a velha Fafe e que o elixir da fortuna a remoça deveras; as construções particulares ahi estão na sua abundância para comprovar, tanto mais que em muitas se lê o sorriso da abastança alegre que deve animar a physionomia dos seus proprietários. Os edificios públicos, que mereçam especial menção, ainda são poucos, ou quasi se limita o seu número ao bello hospital construído em 1860, no largo de D. Pedro V e ao asylo situado na rua de D. Maria Pia [hoje, Rua de Montenegro]. Este último, não tendo a sumptuosidade material do primeiro, não lhe é de certo inferior nos intuitos Moraes e isto basta, para quem desejar avaliar da civilização d'uma terra. O Club não falta em Fafe também, elemento de civilização que aggrema em sociabilidade intima os naturaes e os adventícios, centro de recepção, onde chegam as novidades do mundo, que à noute são discutidas entre um volte de copas e um calix de genebra. N'este meio assim preparado o jornal da terra brota espontaneo como um nenúfar nas aguas dormentes d'um lago: o club, o asylo, o município, o hospital, o passeio, a politica formam os fios d'essa pequena lampada de incandescencia, com artigo de fundo e sala de visitas para o high-life da terra, que mão ousada levanta para alumiar com intermittencias hebdomadarias o caminho do progresso em

que vae encarreirado o espirito local (...). (Vieira, 1886, pp. 567-568, cit. por Dias, 2015, pp. 22-23)

Mapa 2

O desenvolvimento da vila de Fafe



Fonte Alves, 2000.a

4. Roteiros para a eleição da memória dos *brasileiros*

A filantropia e a angariação de uma comenda eram propósitos comuns apelativos ao brasileiro não se podendo destringar “o lastro de piedade cristã do ato de filantropia” (Alves, 1993, p. 374), assim como o reconhecimento pessoal e coletivo da benemerência *para* alcançar a comenda, bastando ser mordomo de uma das muitas instituições de socorro em terras brasileiras e sustentar à sua custa durante um mês as despesas do respetivo pelouro.

Apesar de Alves (1993, pp. 383-384) asseverar que, nos meios rurais, a filantropia dos brasileiros não era tão vistosa como a dos *brasileiros* urbanos (embora muitos deles fossem de origem rural), mais endinheirados e “que faziam dos atos de benemerência uma marca do seu estatuto social”, Fafe é um caso especial, pois as evidências atuais e o que se sabe pela investigação comprovam

que o torna-viagem fafense investiu em todas as áreas que promovessem o desenvolvimento. Grande parte do equipamento de solidariedade social do século XX, no Norte de Portugal, foi ativado, incentivado ou mesmo sustentado pelos ex-emigrantes, que, enquanto vivos e na hora da morte, mostravam uma atenção ao seu semelhante “pouco compatível com a imagem de avareza que normalmente envolve o capitalista”. Nos finais do século XIX, Fialho de Almeida interrogava-se sobre o contraste de comportamentos entre os milionários que sempre estiveram em Portugal e os comendadores de torna-viagem, que ele visualiza “ingénuos e nostálgicos aos seus campanários de origem”, fazendo doações vultosas a escolas, asilos, hospitais e igrejas. Mas há processos de penalização moral ou de “branqueamento”, pelas riquezas acumuladas com poucos escrúpulos, nomeadamente através do tráfico negreiro.

Independentemente da motivação pessoal, havia um assédio elevado a estes capitalistas, com solicitações permanentes para colaborarem e patrocinarem as mais diversas ações e instituições de solidariedade. O que mais se destaca na inclinação para o bem-fazer dos *brasileiros* oitocentistas “é a canalização para a sociedade civil de bens e capitais que antes eram absorvidos quase exclusivamente pelas obras e instituições religiosas”. Enquanto a tradição do legado visava mais a piedade do que a caridade, alguns *brasileiros* contribuíram para inverter os termos deste processo, ajudando a uma mudança qualitativa de mentalidade (Alves, 1993, pp. 372-373).

4.1 R1. As habitações dos *brasileiros*

As construções estavam associadas à notícia de bons investimentos, quer para os republicanos locais, quer para os *brasileiros*. Era a imagem do progresso do país que melhor se refletia na construção de escolas na localidade de origem. As doações permanentes realizadas pelos *brasileiros* de torna-viagem para auxiliar o trabalho desenvolvido pelas Irmandades da Misericórdia e pelos Hospitais foram outra marca identitária dos *brasileiros*. As casas de *brasileiros* são utilizadas como espaço de férias, de sociabilidade, representando os seus proprietários simultaneamente “presentes e ausentes de cá e de lá” – como assevera Neto.b (2016, p. 6). Amam e repudiam o local de origem, absorvendo os modelos do estrangeiro. O ecletismo é dominante, retratando um gosto pelos *chalets*

construídos nas zonas balneares, como Espinho ou Cascais, com influência da região de Arcachon (França). É o resultado também do *Grand Tour* onde adquirem experiências e conhecimentos para as suas casas. Indo a banhos para a Foz do Douro ou Granja (Espinho) replicam os gostos da burguesia com quem convivem. O Norte de Portugal - região das principais evidências da saída e do retorno do *brasileiro* - é um exemplo desta sociabilidade, entre outros influxos.

Se um edifício surge mais exótico, a maioria revela-se indistinta, correspondendo aos gostos da época, entregues a construtores locais e, por vezes, construídas na ausência dos proprietários, sob a supervisão de um familiar ou amigo (Alves, 1994, cit. por Neto.b, 2016). Os próprios emigrantes foram influenciados pelos catálogos que circulavam e pelos conhecimentos adquiridos, mas também pelos próprios construtores que executaram as suas moradias. Domingos Tavares (2015, cit. por Neto.b, 2016), comenta que a maioria das iniciativas construtivas com vontade de afirmação pública adotaram caminhos de absorção das modas estrangeiras, coincidindo com o compromisso da mudança. O movimento de Arte Nova surge nas construções do meio rural, refletindo a influência do gosto pelos *chalets* de praia. Estas construções, na sua maioria, de residência temporária, à semelhança da arquitetura balnear, retratam a necessidade demonstrada pelos *brasileiros* em “descansarem” de uma intensa vida de trabalho em terras brasileiras, bem como uma constante necessidade de afirmação social perante a comunidade de origem.

O ecletismo surge associado à diversidade de estilos e métodos construtivos, facto que retira a estes edifícios credibilidade como proposta estética. Importa também referir que a maior parte destas casas constituem uma oportunidade para a apresentação de novas soluções construtivas e decorativas, bem como para a construção de uma intensa narrativa histórica que se confunde com o território para além das grandes cidades, onde a casa do “torna-viagem” adquire uma importância de exemplo não depreciável. Ao longo do Norte de Portugal encontramos inúmeros exemplos que revelam este ecletismo arquitetónico, bem como a diversidade de percursos construídos e criados pelos emigrantes, quer no Brasil, quer no seu país de origem (Neto.b, 2016).

Em suma, seguindo Miguel Monteiro (1991) e Paula Torres Peixoto (2009, cit. por Neto.b, 2016) a casa do *brasileiro* evidencia novas hierarquias e novas

fronteiras sociais na estrutura, na fachada e nas demonstrações internas, dividindo espaços e pessoas, equivalendo-se, no entanto, às demarcações internas aos palacetes burgueses. São influências do cosmopolitismo urbano e europeu e brasileiro que os *brasileiros de retorno* promovem em Portugal, afirmando-se como uma nova classe social, distinguindo-se na vida pública e demarcando-se no espaço urbano. As casas dos *brasileiros*, construídas nos meios rurais e nos meios urbanos, implantam-se junto às vias de comunicação ou surgem nas vilas novas, sedes da administração, localizadas em sítio de passagem e circulação, que tinham a sua matriz em lugares de feira ou cruzamento de vias).

Entretanto, o conceito de variante portuguesa do classicismo imperial brasileiro deve-se ao arquiteto brasileiro Sousa (2008) que trabalhou como objeto um segmento da arquitetura portuguesa, produzido na segunda metade do século XIX aliado ao classicismo. A historiografia portuguesa tem esta lacuna, destacando-se o estudo em causa pela particularidade de ter derivado de uma arquitetura desenvolvida no Brasil a partir de 1826; o Teatro da Trindade, em Lisboa, faz parte da investigação.

No norte de Portugal, particularmente em Fafe, há casas habitadas e em bom estado, muitas em ruína – pela incapacidade financeira dos proprietários e também desinteresse por um património que desvalorizam. Porém, nas últimas décadas há uma mudança de mentalidade. Em Fafe, apontamos dois exemplos: i) o teatro-cinema, construção de 1924, nos anos 80 do século XX já tinha um destino traçado; um movimento de cidadãos impediu que tal viesse a concretizar-se e, atualmente, é um edifício usado para eventos culturais com regularidade; ii) um palacete do início do século XX recuperado e ampliado para o Arquivo Municipal.

O excelente trabalho de Miguel Monteiro sobre o *brasileiro torna-viagem* de Fafe – mediante e sua investigação e a concretização do Museu da Emigração (virtual) não está a ser seguido convenientemente. Era um homem do ensino e da investigação, que tinha um projeto aceite pela Câmara Municipal de Fafe, cujo desaparecimento precoce não permitiu a continuidade por duas razões, no nosso entendimento: i) não teve o cuidado de formar uma equipa; ii) uma instituição pública, como a Câmara Municipal, dificilmente encontra funcionários que deem continuidade a um projeto com a envergadura do que foi projetado por Miguel Monteiro.

Por isso, cremos que estaria na mente de Miguel Monteiro o estudo de roteiros para as realizações dos *brasileiros*. Nós propomos três: R1; R2 e R3 ligados à musealização das migrações (mobiliário rico, decoração de paredes inspirada nos postais ilustrados do Brasil, porcelanas inglesas adquiridas pelos catálogos da época, estuques dos tetos e das paredes das principais divisões da residência – salas de jantar e de estar. Orientando-nos por Neto (2016), a casa do *brasileiro* distingue-se dos palacetes oitocentistas burgueses de Lisboa e Porto, resultando do gosto individual.

A obra contempla cerca de setenta exemplares (habitações e prédios públicos), com uma análise arquitetónica do exterior de um deles, classificando-os, comparando-os e relacionando-os com a arquitetura brasileira. É uma situação inovadora, marcada por uma inversão do fluxo das influências arquitetónicas entre os dois países, que tradicionalmente tinha tido, durante três séculos, Portugal como raiz. Pela primeira vez, apenas três décadas após a independência, o Brasil conseguia exportar para a sua ex-metrópole um tipo de arquitetura nele desenvolvido, o que era um feito notável tendo em vista que o mais natural é que Portugal procurasse modelos nas arquiteturas mais avançadas, como em França e em Itália – terras de onde provinham profissionais nele atuantes (Sousa, 2008).

Mas não olvidemos o que que acima já afirmamos sobre as influências europeias e que Braga (1986, p. 61, cit. por Dias, 2015, p. 33) regista sobre as inovações arquitetónicas e decorativas da casa do *brasileiro*, representando, na maior parte dos casos, uma reprodução “desfocada” de soluções formais de uma arquitetura “elegante” adotada na construção residencial brasileira a partir de meados do século XIX”, pela atividade de arquitetos e empresas de construção europeias: influências da casa colonial vitoriana, soluções formais afrancesadas, misturadas com algum revivalismo de cariz italiano.

Deve-se a Coimbra (<http://saladevisitasdominho.blogspot.pt/2011/11/fafe-deve-lutar-pela-marca-que-o.htm>) a divulgação de uma marca para Fafe “*Capital da arquitetura dos “brasileiros”*”, que subscrevemos, pelas evidências enxergadas e bibliografia consultada referente a Fafe e outros espaços com este género de arquitetura. Baseia-se na arquitetura dos *brasileiros de torna-viagem* que vai mantendo, genericamente, e “apesar de algumas lastimáveis lesões ao longo das décadas”, as suas características constitutivas desde a respetiva edificação, a partir

de meados do século XIX e até aos anos 30 do século passado. Para o efeito de capital, acrescenta o caso da lenda da “justiça de Fafe”, que identifica Fafe, seguramente, para o bem e para o mal (mais para este do que para aquele); as bandas filarmónicas, conceituadas pelo país e pelo estrangeiro; a vitela assada, no que tem de saber e segredos que a tornam diferente e muito fafense.

Os *brasileiros* de Fafe e que tão assinaláveis e duradouras marcas deixaram na Vila de então, principalmente, e pelo concelho, são os que, na segunda metade do século XIX e primeiros decénios do século XX, conseguindo fortuna no Brasil, construíram residências, compraram quintas, criaram as primeiras indústrias, contribuíram para a construção de obras filantrópicas e participaram na vida pública e municipal, dinamizando a vida económica, social e cultural local (o teatro-cinema era uma forma de os *brasileiros* se entrosarem nas elites locais...). Concordando com Coimbra – *Fafe, capital da arquitetura brasileira* -, seguimos a tipologia de Ribeiro (2007, pp. 19-46, cit. por Dias, 2015, p. 35): palácios, palacetes, casas apalaçadas verticais, casas apalaçadas horizontais e “outras” (aquelas que não obedecem às características anteriormente enunciadas, embora sejam todas de finais do século XIX).

Dias (2015, pp. 35-51) propõe-nos um itinerário que designamos por R1: *Pelas casas dos brasileiros de Fafe, um roteiro com história*, do qual retiraremos alguns pontos para as subdivisões R1, R2 e R3.

1. Casa de José Joaquim Carvalho, rico comerciante *brasileiro*: início da rua Serpa Pinto (sentido Praça da Liberdade - Praça 25 de abril), nº 30. Rés-do-chão e andar de linhas quase horizontais e telhado de quatro águas (*outras*).
2. Casa de João Alves de Freitas (palacete), também conhecida por Palácio do Grémio, na rua Major Miguel Ferreira edifício recentemente requalificado para albergar o Arquivo Municipal. Exemplar da arquitetura neoclássica, eclética e revivalista.
3. Casa do Santo Novo (palácio) /Casa da Cultura, ao lado do anterior, palacete vertical, de linhas neoclássicas, que aloja os museus: das Migrações e das Comunidades e o da Imprensa de Fafe.
4. Casa de Manuel Rodrigues Alves (palacete), na rua José Cardoso Vieira de Castro, exemplar do princípio do século XX, arquétipo da arquitetura civil residencial, revivalista, eclética e arte nova.

5. Casa de Constança Lobo (outras), na rua João XXIII, n.º 293 desta artéria: corpo primitivo com fachada retangular e desenvolvimento horizontal.
6. Quatro edificações na rua Monsenhor Vieira de Castro: a) Casa de José António Martins Guimarães (outras), moradia com rés-do-chão, de linhas marcadamente horizontais, onde o desenho da fachada principal se diferencia da maioria das casas “brasileiras” de Fafe construídas no final do século XIX.; b) Ligada a esta casa, no n.º 40, temos a Casa de José Alves de Freitas, belo imóvel com rés-do-chão e dois andares, varanda de cantaria a toda a largura do edifício e guardas de ferro fundido ricamente ornamentado; c) Casa de António Joaquim da Silva (Casa apalaçada horizontal), de frente à José António Martins Guimarães, embora localizada na parte superior da Praça 25 de abril. Edifício de linhas horizontais, afirma-se mais pela sua grandiosidade do que pela beleza da conceção arquitetónica; d) Ao lado desta casa, e de frente à mencionada casa de José Alves de Freitas, depara-se-nos a casa (palácio) Álvaro Alves Vieira de Castro, abastado capitalista e rico comerciante no Rio de Janeiro. A sua fachada é composta por rés-do-chão e andar nobre, com numerosas portas e janelas e enriquecida com um mezanino ou andar suplementar de serviço.
7. Na rua António Saldanha, uma artéria central da cidade, há três habitações. As primeiras duas casas foram mandadas construir por Fortunato José de Oliveira (outras), uma com a fachada azulejada em tons de amarelo e a outra com a fachada azulejada em tons de azul. Ambas apresentam planta retangular, desenvolvida verticalmente, com rés-do-chão e dois andares.
8. Na mesma rua, mas com acesso pela Praça 25 de abril, enxerga-se a Casa apalaçada vertical de António Joaquim Novais Coutinho (Clube Fafense), de volumetria vertical, com rés-do-chão e dois andares.
9. Casa de José Luís Mendes de Oliveira, na mesma rua, n.º 58, de estrutura vertical, com rés-do-chão e andar, onde sobressai a varanda a toda a largura do edifício.
10. Casa de Joaquim Mendes da Costa Franco (apalaçada vertical), na área inferior da Praça 25 de abril, palácio de estrutura horizontal.
11. Depois dos Paços do Concelho de Fafe, continuamos pela Avenida 5 de outubro: do lado esquerdo encontramos a Casa de Miquelina Alves de

Sousa/Vivenda Elvira Selles (outras), residência de vincada influência inglesa, com volumetria horizontal. Defronte a esta, temos a última casa do itinerário (apalaçada vertical), do Comendador Albino de Oliveira Guimarães. Nesta casa de rés-do-chão e andar nobre sobressaem as suas linhas horizontais, os azulejos de cor verde e as varandas estreitas com guardas de ferro ornamentado. É na Avenida da Estação, hoje 5 de outubro, a sua segunda casa, com data de 1908 (Alves, 2007), onde atualmente está instalada a Repartição local das Finanças, e inscrevendo-se num dos aspetos mais interessantes da literatura portuguesa sobre a arquitetura da época, sendo as fachadas a expressão maior da exuberância burguesa de retorno, e que deu origem à expressão *casa do brasileiro*.

4.2 R2. Espaços religiosos, de assistência, sociais, culturais e de lazer

Ao comendador Albino O. Guimarães ficou a dever-se a iniciativas de natureza filantrópica, nomeadamente a construção da Igreja Nova de São José e a sua participação da comissão fundadora do Hospital de São José Fafe que reuniu em 8 de Abril de 1858, no Rio de Janeiro, onde um grupo de fafenses decide construir um Hospital em Fafe, “sendo este edifício uma cópia do imóvel da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro” sendo a inauguração oficial do Hospital de Fafe em 1863, com “a presença de símbolos que remete para a relação dos fundadores com a solidariedade maçom” (Monteiro, 2007, p. 450).

4.2.1 A Igreja nova S. José

A igreja de S. José, na rua Dr. Maximino de Matos, uma paralela à rua João XXIII, surge com um legado do emigrante brasileiro Fortunato José de Oliveira na importância de oito contos de reis, em 1895. O Hospital (construído de 1859 a 1863, 1.^a fase, expoente da filantropia dos *torna-viagem*, terá sido uma cópia fiel do Hospital da Beneficência do Rio de Janeiro. Outros nomes, no Rio de Janeiro: Luís António Ribeiro de Castro, Leonardo Ribeiro de Freitas e comendador Albino de Oliveira Guimarães (Alves, 2000.b, p. 32).

4.2.2 Hospital da Misericórdia de Fafe

Situa-se na rua João XXIII. Bem cedo registou-se a marca *brasileira*, que Coimbra (<http://saladevisitasdominho.blogspot.pt/2011/11/fafe-deve-lutar-pela-marca-que-o.htm>) rememora: os *brasileiros* que estão intimamente associados ao lançamento do Hospital da Misericórdia de Fafe, José Florêncio Soares, que promoveu junto de outros emigrantes fafenses, no Rio de Janeiro, onde trabalhava, uma campanha de angariação de fundos para a construção de um hospital na sua terra natal, ainda inexistente à altura. O Hospital (1860-1863), expoente da filantropia dos *torna-viagem*, será cópia fiel do Hospital da Beneficência do Rio de Janeiro.

Mas antes de chegarmos a esta fase, rememoremos a comunicação entre os *brasileiros* e as misericórdias que, com a emigração, aumentam os seus réditos, cumprindo uma das suas obras como meio de comunicação entre a terra e o céu, entre o passado, o presente e o futuro das almas. Mais claramente – e de acordo com Fernandes (2013): a presença da morte era constante ao longo da vida, levando os homens a zelarem, durante a sua existência, pelo local onde iam ser sepultados e pela atenuação das penas que a sua alma iria sofrer na derradeira e última viagem, até chegar a bom porto no reino dos céus. Aliviar a consciência e ter quem intercedesse por si na corte celestial, após o último sopro de vida, era o desejo de todos, que levava à instituição de contratos em vida, ou através da expressão das últimas vontades em testamentos, nos quais a Misericórdia de Penafiel, tal como as suas congéneres, assumiam o papel de advogadas de defesa, com poder para obterem bons resultados perante o tribunal divino, contratando para o efeito um batalhão de sacerdotes que, através de ladainhas, resposos e missas, “transportavam” almas para os céus.

A par dessa inquietação primária, no perecer de Magalhães (2013), encontra-se uma vontade, ainda que não expressamente declarada, em intervir por algum abandono a que haviam sido votados membros da família. As disposições testamentárias contribuiriam para minorar os riscos a que algumas delas poderiam estar sujeitas, restando a sensação que o afastamento da terra natal introduzia algum remorso pelo abandono a que tinham votado as mulheres da família.

Ora, tal sucedia desde o século XVI com a emigração para o Brasil, cuja relação com a vida divina não era olvidada. Aqui reside o aumento de réditos das misericórdias, designadamente a de Penafiel – como argumenta Fernandes (2013), não obstante, em duzentos anos, terem chegado apenas trinta e um legados do Brasil, um número reduzido face ao número de homens que teriam partido, mas muito importante para a Santa Casa. Estamos perante uma mentalidade muito longe dos retornados dos séculos XIX e XX, pois não construíram palacetes na terra-mãe, hospitais, escolas, antes legaram encargos e cuidados para com a sua alma. Pretendiam alcançar o paraíso e serem lembrados, e se algum dinheiro veio para obras de beneficência foi de forma esporádica. O vínculo era essencialmente com a irmandade da Misericórdia de Penafiel, ou para com os seus laços familiares diretos.

A partir do final do século XVII, começa a vislumbrar-se uma mudança no destino dos legados provenientes do Brasil para a Misericórdia de Viana do Castelo, e não só. Surgem as primeiras preocupações com as necessidades do corpo. Em paralelo com as doações diretamente destinadas ao hospital, e geridas ao livre arbítrio da confraria, encontram-se igualmente legados identificando a benfeitoria a que se pretendia ligar a memória do doador. Ao iniciar-se a segunda metade do século XVII, um legado de uma vianense destinava o remanescente do pagamento das dívidas para a cura dos enfermos (Magalhães, 2013).

Mas é na segunda metade do século XIX que floresce, solidamente, uma nova sensibilidade para a construção de hospitais, multiplicando-se pelas sedes de vários concelhos, numa perspetiva do salvamento da vida humana em vez de apostar na salvação da alma do benemérito através de ofícios litúrgicos. Os *brasileiros*, como emigrantes de retorno, forma determinantes na criação e manutenção de hospitais – a nível concelhio - na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, com unidades modernizadas, revelando uma nova crença, “ainda que difusa, crença na medicina que começava a salvar os corpos e na ciência que viria a trazer mais progressos à medicina” (Alves, 2017, p. 74).

Não podemos olvidar o contributo de Jorge Alves (2005, p. 10) para o entendimento desta atitude filantrópica dos *brasileiros*. A frequência de moléstias no Brasil (tifos, febre amarela, cólera, hepatite, anemias, paralisias) despertava a colónia portuguesa no Brasil para “uma obra admirável de assistência hospitalar,

recriando misericórdias, sociedades de beneficência e caixas de socorro e outras associações afins nas principais cidades do Brasil”, inexistentes nas localidades do interior. Cálculos consulares em relatórios apontavam para uma mortalidade de 27% nos emigrantes chegados ao Rio, no seu primeiro ano de estadia, número elevado que confirmava a ideia de dizimação nos fluxos de jovens desprevenidos que constituíam a imigração.

Assim, motivados pela vivência no Brasil, conhecendo a miséria vivida em Portugal e fluindo numa nova cultura de cobertura hospitalar – dado o avanço da medicina -, assistimos a uma cobertura geográfica de edifícios hospitalares onde o concelho de Fafe foi dos primeiros, mobilizando-se os emigrantes do Rio de Janeiro. Florêncio Soares, filho do médico Miguel António Soares, foi incitado a promover uma subscrição entre os compatriotas para que Fafe erguesse “este templo de caridade” (Alves, 2017, p. 70). Com a primeira lançada em 1858, o Hospital de S. José abre em 1863, organizando-se a Irmandade da Misericórdia em 1862 para a logística, da qual, José Florêncio Soares viria a ser provedor.

Mais tarde – ainda na esteira de Alves (2017) - nesta vaga de caridade, cria-se o Hospital de S. João de Deus em V. N. de Famalicão, em 1871, também com o apoio de *brasileiros*; em S. to Tirso, institui-se a Misericórdia que obtém autorização governamental para aceitar um edifício legado pelo *brasileiro* Manuel José Ribeiro; Esposende arrancou com um pequeno hospital em 1863, mas foi apenas a partir de 1905, sob a vontade do *brasileiro* Valentim Ribeiro da Fonseca (provedor) que se compulsam os donativos em Portugal e no Brasil, inaugurando-se o novo hospital em 1916 com projeto do arquiteto Ventura Terra (o autor de Santa Luzia, Viana do Castelo, 1903); em Paredes de Coura, são dois *brasileiros* que integram uma comissão, criando-se a Misericórdia em 1884 com o intuito de assumir a construção e a logística do Hospital. Vila Nova de Cerveira (1926), Caminha, Paredes, Penafiel, Torre de Moncorvo, Póvoa de Lanhoso (1907) são exemplos da saga dos *brasileiros*.

Em 1858, na cidade do Rio de Janeiro, como sustenta Alves (2007), um grupo de emigrantes naturais de Fafe (entre os quais, o comendador Albino de Oliveira Guimarães) reuniram como doadores beneméritos para edificar um Hospital de Caridade na Vila de Fafe, tendo decidido por eleição, nomear para a comissão que representasse os referidos doadores: António Gonçalves Guimarães (presidente),

Fortunato de Freitas Castro, Bernardo Ribeiro de Freitas, Albino de Oliveira Guimarães, José António Vieira de Castro, Luís António Rebelo de Castro. À comissão competia nomear em Fafe uma outra composta também de quatro membros (Florêncio Ribeiro da Silva (presidente), António José Leite Lage, José Florêncio Soares, Miguel António Alves de Campos), pessoas de reconhecida capacidade que se encarregasse da referida edificação conforme o desenho que lhe remeteram e com instruções. A comissão nomeada deveria incorporar uma Irmandade que seguisse o Hospital, quando se achasse pronta para funcionar.

4.2.3 Jardim ou Passeio Público de Fafe

É a Albino O. Guimarães (amigo íntimo de José Cardoso Vieira de Castro) que se deve o financiamento da construção do Passeio Público de Fafe, cujo contrato foi assinado em 2 de Março de 1890 com Domingues Fernandes e Francisco Pereira, referindo que “tendo o primeiro contratante deliberado fazer à sua conta toda a obra projetada para o jardim ou passeio público do Calvário, segundo a planta (...), bem como o encanamento e canalização da água para o tanque que fica por baixo do escadario da frente (...) pela quantia quatro contos e duzentos mil de Réis” (Alves, 2007, pp. 450-451).

A inauguração foi em 1892, sendo o Jardim Passeio Público um símbolo do romantismo português, apresentando semelhanças com o do Palácio, atualmente Museu da República no Rio de Janeiro: o lago curvilíneo, as pontes e guardas naturalista e os gradeamentos, dando ao espaço proteção e isolando-o do espaço exterior.

Coimbra (2016) confirma-nos que os passeios públicos ou jardins eram elementos tipificadores da sociedade, frequentados pelas elites locais como lugares de convívio, comentários das últimas novidades, assistência a representações teatrais ou a concertos de bandas nos coretos. Em 1913, foi inaugurado o coreto de ferro forjado (*Art Nouveau*) e, em 1914, passa a usufruir de energia elétrica a partir da central de Santa Rita – inaugurada nesse mesmo ano; é provido de um barco, em 1917, constituindo uma boa fonte de receita, principalmente no verão. O jardim reproduzia, assim, o ambiente romântico original, não faltando as árvores exóticas importadas. Nos últimos tempos, tem servido para manifestações sociais e culturais, designadamente nas festas concelhias, em julho.

4.2.4 O museu da emigração: comunidades e luso-descendentes

Iniciou-se como um projeto em plataforma informativa e de dinamização de catividades de pesquisa e divulgação organizado em segmentos: salas temáticas, arquivo, casa-museu, núcleos museológicos e sítios históricos, tendo em conta o Município de origem e a estrutura de serviços, consoante Alves (2007): 1. Na Sala da Memória deu-se visibilidade às expressões materiais e simbólicas da emigração nos lugares de destino e de retorno, na arquitetura, no trânsito das ideias, no desenvolvimento de iniciativas económicas, sociais e culturais expressas no espaço público urbano e rural e da filantropia, bem como as influências nos comportamentos na vida privada. 2. A Sala da Diáspora constituiu-se como uma base de dados, organizada por eixos geográficos: Europa, América do Norte, África, Ásia, Oceânia, Brasil e outros países da América do Sul, no sentido da identificação por via dos registos de passaportes. 3. Na Sala da Ascendência procurava-se construir ou aceder a genealogias da base de dados, elaborada através do Método de Reconstituição de Paróquias, seguindo o Método de Norberta Amorim, bem como completar a organização das genealogias, através de outras fontes documentais e de informações das famílias, os aspetos da “história de vida” de cada um dos seus elementos. 4. A Sala das Comunidades visava divulgar as associações de pessoas emigradas no Brasil, Europa, América do Norte, África, outros países da América do Sul, Ásia, permitindo o conhecimento da sua história, a divulgação das suas catividades e a manutenção de laços com os territórios de origem. 5. A Sala Lusofonia divulga a vida e a obra de figuras associadas à construção do território da Lusofonia, evidenciando as expressões culturais mais significativas do tempo da apropriação dos territórios coloniais e daquele em que o Rio de Janeiro foi capital do Reino. 6. A Sala do Conhecimento disponibiliza-se para a divulgação de trabalhos científicos nos diferentes domínios do conhecimento da colonização e da emigração, nas suas múltiplas abordagens temáticas e perspetivas, procurando ainda dar visibilidade aos documentos, aos autores e às instituições científicas. O conteúdo inscrito em cada uma destas categorias determina a organização estrutural informatizada do projeto, a qual deu sentido à sua automatização. 7. A Casa-Museu é um Centro de Interpretação, sendo uma das referências do Museu da Emigração estruturado em salas de reconstituição da origem, viagem, vivência

migratória. Expõem-se os objetos pessoais, reconstituindo ambientes ligados ao quotidiano da família, dando nota do processo migratório e de mobilidade social. A localização procura valorizar o edifício, tendo em conta a localização espacial, as suas características arquitetónicas, a decoração do interior e respetivo mobiliário, bem como a história da família do *brasileiro*, em contextos público e privado. Na figura do emigrante sintetizam-se as expressões mais significativas da cultura portuguesa do século XIX e primeira metade do século XX. Não se trata, portanto, de reinventar o passado, mas apenas o desejo de lhe instituir as leituras possíveis num quadro de perspetivas abertas, tendo em conta a diversidade dos visitantes como destinatários.

8. Os Núcleos Museológicos e Sítios Históricos decorrem, fundamentalmente, da Sala da Memória e constituem espaços temáticos físicos, organizando um museu polinucleado, desenhado para a valorização do espólio e memória que lhes está associada. Nestes lugares e sítios encontrar-se-ão os acervos documentais e museológicos de cada um dos núcleos espalhados pelo país, dando ao contexto de origem a compreensão dos fatores de emigração, bem como da visibilidade do retorno local. No caso de Fafe, os núcleos mostram as expressões materiais e simbólicas do ciclo de emigração e retorno do Brasil, referentes para a construção dos núcleos museológicos: Hidroelétrico, Filantropia, Industrial, Passeio Público, Casa do Brasileiro, Instrução, Artes, Imprensa, Caminho-de-Ferro, Automóvel. Os espaços, objetos e territórios simbólicos de carácter local situado em Portugal são o testemunho objetivo do que, em sentido mais amplo, se designa por Retorno na Cultura e na Economia Portuguesa e corporiza o que foram os elos de ligação e da relação existente entre duas margens dos territórios da emigração. Outros núcleos poderiam incluir este projeto de carácter internacional da cultura lusófona ligado em WEB.

9. O Arquivo Histórico, no sentido da descoberta dos indivíduos e dos quotidianos, procura recuperar documentos e objetos usados pelos emigrantes e descendentes, solicitando a doação ou depósito à guarda do museu, contribuindo, deste modo, para a investigação e estimulando a preservação e estudo da história da emigração e do emigrante. São cartas, diários, fotografias, objetos pessoais e mesmo a reconstituição de ambientes ligados ao processo migratório – tendo especial importância todas as categorias de documentos sistematicamente recolhidos e arquivados, na medida em que fornecem pistas, tanto para a localização de referências individuais como alimento para pesquisas

científicas suficientemente fundamentadas: os manifestos de embarque dos navios de passageiros; registos de passaportes concedidos, de saídas efetuadas e de entradas num outro país; as autorizações de residência ou de trabalho aí atribuídas; as contratações coletivas de mão de obra estrangeira; os censos; listas ou simples contagens que se refiram a populações imigradas são elementos preciosos num museu de migrações. Na seleção dos objetos, seguem-se critérios: originalidade, autenticidade, singularidade e estado de conservação. Após a doação, os objetos de qualquer natureza passam a ser propriedade intransferível e inalienável e, conseqüentemente, não cabe, ao antigo proprietário, requerer ou solicitar responsabilidade ou vantagem sobre os materiais doados. No caso de cedência temporária ou depósito à guarda do museu, cabe a esta entidade zelar pela sua conservação, garantindo a devolução definitiva ou temporária aos legítimos donos no prazo e condições protocoladas.

Os Serviços eram geridos na plataforma virtual, na qual se perspetiva uma abordagem de carácter nacional do fenómeno da emigração e nos serviços culturais e educativos dos núcleos. Estes são um dos alicerces do museu, por animarem as suas atividades e estarem associadas aos conteúdos das salas temáticas.

4.3 R3. Património industrial: a mais jovem tipologia patrimonial

Contextualizemos a mais jovem tipologia patrimonial: o industrial. Património já não é monumento, símbolo de poder, afirmação de elites ou linhagens, é imagem do Homem que, em sociedade, se eleva acima da estrita sobrevivência individual. A sua preservação é indispensável para a persistência da memória histórica desse longo caminho em que, como dizia M. Vieira Natividade, patrimonialista alcobacense, o homem fez a indústria e a indústria fez o homem (Duarte, 2013, cit. por Rodrigues, 2019). O desenvolvimento do turismo industrial (Jansen -Verbeke, 1999, cit. por Mota, 2011, cit. por Rodrigues, 2019) depende da necessidade política de identificação cultural regional e da necessidade económica de criação de novas atividades e produtos. O potencial económico do património industrial é um forte incentivo à implementação de diversas atividades como, por exemplo, centros de informação e educação, centros de visitantes, museus, centros comerciais, alojamento turístico e facilidades desportivas.

A singularidade do turismo industrial está fortemente relacionada com a cultura e o património industrial de uma dada região, dependendo, entre outros, dos valores sociais e culturais locais e das relações que a população local estabelece com o meio. Ter a perceção do funcionamento dessas dinâmicas é um fator de sucesso para o desenvolvimento do turismo industrial (Mota, 2011, cit. por Rodrigues, 2019).

As duas unidades fabris mais importantes de Fafe (séculos XIX e XX) são fundamentais para o presente estudo tendo sido objeto de inclusão na *Rota do Património Industrial do Vale do Ave* (10 concelhos), criada em 2002, mas cuja ausência de dinâmica nos leva a rememorá-las e a adiantar propostas, enfatizando os conceitos de património industrial e turismo industrial pelo que se passa na Europa (Reino Unido, Alemanha, França, Espanha...) como uma nova tendência. Os meados da década de 1970 (ABAD, 2004, cit. por Rodrigues, 2019) são uma época de uma crise económica profunda com o encerramento de fábricas generalizado; a atração por instalações industriais, especialmente as abandonadas no espaço urbano, as chaminés entre edifícios, as máquinas em desuso e os terrenos criaram um forte impacto sobre o cidadão, as autoridades locais e o investigador dos chamados países de industrialização antiga. Sendo seletivo o processo de industrialização tal afeta ainda mais o carácter patrimonial de seus restos materiais porque eles identificam como emblema as zonas ou cidades nas quais a primeira Revolução Industrial ocorreu.

O património industrial é o mais jovem de todos os patrimónios porque abrange um conjunto de estruturas, peças e máquinas que foram usadas, em muitos casos, até há bem pouco tempo. Em Portugal, o conceito de património industrial remonta à segunda metade do século XX; o desenvolvimento da arqueologia industrial data dos finais da década de 1970. Se a memória social se havia constituído e identificado em torno de valores estéticos e artísticos, desenvolvendo o conceito de património, “a emergência de vestígios de uma cultura técnica qualificados como património veio lançar um novo paradigma na área cultural” (Matos, Ribeiro & Santos, 2003, p. 21, cit. por Rodrigues, 2019, p. 990).

O turismo do património industrial – um dos sinónimos de turismo industrial - é um fenómeno dinamizador do território na medida em que as exigências atuais dos turistas com poder aquisitivo e disponibilidade de tempo livre converte-os em

grandes consumidores de bens e serviços, aumentando as exigências dos gestores turísticos que têm de adotar novas estratégias de atração dos visitantes para que o ócio e a cultura sejam valores a contemplar “como una alternativa para el desarrollo de territorios industriales deprimidos social y económicamente (al estar afectados por el cierre y el abandono de la actividad productiva) (Borja, Jiménez & Sevilla, 2005, cit. por Prat & Valiente, 2012, pp. 84-85, cit. por Rodrigues, 2019, pp. 990-991)” ou “como una oferta complementaria que ayude a otros turismos más tradicionales y consolidados, como el de sol y playa” (Frew, 2000, cit. por Mota, 2011, p. 8, cit. por Rodrigues, 2019, p. 991) regista uma justaposição entre turismo industrial e turismo educacional; exemplo: uma visita de estudo a uma unidade fabril realizada no âmbito de um projeto universitário sobre métodos de produção.

A associação com o turismo cultural resulta da entrada do turista no mundo cultural imaterial, que inclui demonstrações de vivências, hábitos do quotidiano, relações pessoais, crenças e rituais presentes na zona visitada. Temos turismo de património industrial quando a visita incide em equipamentos industriais já não em laboração; quando já não é a que espoletou a sua construção primitiva, trata-se do turismo de património industrial – associação entre o turismo industrial e o turismo de património (subclasse do turismo cultural) – atividade turística que engloba visitas a monumentos antigos, escavações arqueológicas e outros locais de interesse histórico (Wall & Mathieson, 2006, cit. por Mota, 2011, cit. por Rodrigues, 2019). Há ainda a relação entre o turismo industrial e o agroturismo – que proporciona aos turistas atividades agrícolas diversificadas (Kizos & Iosifides, 2007, cit. por Mota, 2011 - cit. por Rodrigues, 2019).

O turismo industrial é uma nova tendência turística (ABAD, 2004, cit. por Rodrigues, 2019) mediante itinerários, museus e vestígios; esta aproximação marca uma nova geografia carregada de simbolismo e monumentos industriais: um património que serve de atração turística e de recurso para um desenvolvimento económico e de elo às inovações de outros tempos. Esta nova tendência entronca nos valores do património industrial exarados pela The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH, 2003, cit. por Mota, 2011, pp. 26-27, cit. por Rodrigues, 2019, p. 991):

(...) As razões que justificam a proteção do património industrial (...) não [decorrem] da singularidade de quaisquer sítios excecionais. (...) reveste-se de um valor social que é parte do registo da vida de homens e mulheres comuns (...) o património industrial apresenta-se, ainda, com valor científico e tecnológico, para além do carácter estético associado à qualidade da sua arquitetura, do seu design ou do seu planeamento.

Na Europa, a explosão da consciência da conservação e salvaguarda dá-se nos anos 70 do século XX, estendendo-se aos países nórdicos da Europa, Estados Unidos e Canadá.

Em 2018, na lista do Património Mundial, na área do património industrial (<http://whc.unesco.org/>) figuram os países e respetivos quantitativos: Alemanha (4); Áustria (2); Bélgica (2); Bolívia (1); Brasil (2); Chile (2); Cuba (1); Eslováquia (1); Espanha (2); Finlândia (1); França (3); Índia (1); Itália (1); México (3); Noruega (1); Países Baixos (2); Polónia (2); Portugal (2-1996 - Centro Histórico do Porto e 2001- Região Vitivinícola do Alto Douro); Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (7); Suécia (4).

As rotas da lã merecem um destaque especial (<http://www.rutasdelalana.eu/mapa/mapa.jsp.htm>) por, há cerca de 12.000 anos, vestirem a espécie humana. A ovelha merina é descendente das ovelhas trazidas pelos árabes para a Península Ibérica, nos inícios do século XIV, desde África; até ao século XVII, as leis castelhanas não permitiram a sua exportação; mas em 1789 chegam à colónia inglesa de Sydney. Em Portugal, A Rota da Lã – Translana (<http://www.centerofportugal.com/pt/a-rota-da-la-translana/>) é um projeto de 2007, abrangendo as rotas laneiras das regiões da Beira Interior (distritos de Castelo Branco e Guarda) e parte da Estremadura espanhola (Comarca de Tajo-Salor-Almonte) que permitiu identificar mais de mil locais de interesse histórico, cultural e antropológico para a história dos lanifícios. Dois museus marcam o início e o fim desta Rota da Lã: a rota parte do Lavadero de Lanãs de los Barruecos (Malpartida de Cáceres), onde se encontra sediado o Museu Vostell-Malpartida, que, desde o século XVIII, serviu para a tosquia dos rebanhos e, na Primavera, por ali passavam rumo às pastagens do Norte e lavagem das lãs merinas. Este grande edifício ligado à produção laneira pré-industrial da região de Cáceres abastecia diversas regiões da Europa, e era aqui que almocreves e

comerciantes de lã da Beira vinham, sazonalmente, adquirir a matéria-prima para as fábricas da Covilhã. Acerca da Europa, a rota vai (<http://www.rutasdelalana.eu/mapa/mapa.jsp.htm>) de Espanha à República Checa.

O turismo do património industrial – um dos sinónimos de turismo industrial - é um fenómeno dinamizador do território na medida em que as “exigências atuais dos turistas com poder aquisitivo e disponibilidade de tempo livre converte-os em grandes consumidores de bens e serviços, aumentando as exigências dos gestores turísticos que têm de adotar novas estratégias de atração dos visitantes para que o ócio e a cultura sejam valores a contemplar” – como revelam Borja, Jiménez & Sevilla (2005, cit. por Prat & Valiente, 2012, pp. 84 -85, cit. por Rodrigues, 2019, pp. 990-991).

A Rota do Património Industrial do Vale do Ave foi estabelecida sob os auspícios da ADRAVE (Associação de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave) no ano de 2002, não se sentindo até ao momento o dinamismo que seria desejável. Do concelho de Fafe, enquadram-se o Museu Hidroelétrico de Santa Rita; a Fábrica de Fiação de Algodão do Bugio (Silvares) e a Companhia de Fiação e Tecidos do Ferro.

4.3.1 R3. Os empreendimentos brasileiros na Rota do Património Industrial do Vale do Ave

4.3.1.2 Pioneirismo têxtil em Fafe (1873): a fábrica do Bugio (S. Martinho de Silvares)

Coimbra (2016) descreve de forma clarividente a evolução desta unidade fabril. A iniciativa é do *brasileiro* José Florêncio Soares, uma fábrica das mais antigas do país e a mais remota do distrito (Carlos Bastos cit. por Coimbra, 2016), com máquinas provenientes de Manchester. Em 1917, designa-se por José Florêncio Soares & C.^ª, Sucessores, sob a direção do neto do fundador, José Summavielle Soares. Durou 124 anos (1873-1997).

A atividade inicial era de fiação, passando à tecelagem em 1896. Na Exposição Industrial de 1886 recebe a medalha de prata pela exposição dos fios expostos. Na dobragem para o século XX, as flanelas e as castorinas produzidas eram consideradas de primeira qualidade, cuja confeção terá sido iniciada no país, bem

como o denominado cotim egípcio. A meio do século XX anunciava as produções nas áreas da fiação, torcedura, tecelagem, branqueação e tinturaria de algodão, evidenciando a especialidade em cotim militar e flanelas de algodão de “as mais acreditadas de fabrico nacional” - como revela Coimbra (2016, p. 341).

Em 1909 empregava 250 operários e era considerado uma das fábricas mais importantes do país (Almanaque Ilustrado de Fafe, 1940, cit. por Coimbra, 2016). Nos anos 40 do século 20 empregava 480 operários, dispondo de uma creche e outros serviços de assistência, chegando aos 600 trabalhadores; em 1979, dispunha de 714. Esta unidade fabril foi fundamental para a zona sul do concelho, empregando gente de Silvares (S. Martinho e S. Clemente), Antime, Seidões, Ardegão, Arnozela e outras freguesias.

A Empresa Têxtil do Bugio dispunha da primeira central hidroelétrica do concelho, chegando a fornecer energia elétrica aos concelhos de Fafe e de Felgueiras. O 25 de abril de 1974 e a perda dos mercados coloniais, o arcaísmo tecnológico e a crise que se abateu sobre o têxtil do Vale do Ave, nos anos 80 do século XX, foram os contributos para a sua falência em 1997 (Coimbra, 2016).

4.3.1.3 Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (1886)

É ainda Coimbra (2016) que realça a bolsa industrial de Fafe, com o contributo dos *brasileiros*. José Ribeiro Vieira de Castro é o empreendedor da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe – Fábrica do Ferro. Mas a precedente era a Companhia Industrial de Fafe, empresa moageira criada em 1843 pelo conselheiro Joaquim Ferreira de Melo¹¹.

Recebeu a medalha de prata na Exposição Industrial do Palácio de Cristal, em 1897, pela perfeição dos seus produtos, empregando 405 operários em finais do século XIX, recorrendo a maquiaria moderna. Em 1900 transforma-se num dos equipamentos mais modernos da região com a renovação de equipamentos e alargamento de instalações. No final dos anos 20 do século XX, a empresa produzia “as melhores sarjas, panos brancos, estamparias, tecidos de seda, etc., tendo para isso montado os mais progressivos maquinismos. A oficina de branqueação dizem

¹¹ Pai do visconde de Moreyra de Rey, membro do Conselho do Rei e fidalgo da Casa Rel. Presidente da Câmara de Fafe em 1862, 1863, 1866 e 1867. Primeiro administrador do concelho de Fafe em 1836, reassumindo funções entre 1868 e 1874 (Coimbra, 2016).

que é a mais moderna e importante que se montou em Portugal” (Almanaque Ilustrado de Fafe de 1930, cit. por Coimbra, 2016, p. 344). O referido periódico anual referia ainda que a empresa possuía uma cantina (onde os operários compravam géneros de primeira necessidade a preços mínimos e fornecidos a crédito ou em pagamentos suaves), uma maternidade, assistência médica, um belo e arejado bairro operário na Cruz de Antime.

Na dobragem da década de 20 do século XX, as Fábricas do Bugio e do Ferro empregavam cerca de dois mil operários, diluindo as dificuldades económicas da população fafense. Mais: “Muito antes de outras organizações estabelecerem benefícios para os seus empregados, no sentido de lhes assegurar a tranquilidade futura, instituiu a Companhia de Fiação e Tecidos subsídios de reforma aos operários atingidos por doença, invalidez ou velhice” (Bastos, 1947, cit. por Coimbra, 2016, p. 345). A Companhia pagava a reforma e o internamento hospitalar dos operários.

A obra social, filantrópica e educativa da Fábrica do Ferro, nos anos 30 e 40 do século XX, é ímpar numa época em que os operários são apenas números na cadeia de produção. A fundação de uma creche e lactário com 200 leitos e, em 1926, a abertura de uma escola infantil anexa foi completada com escolas primárias, com professores pagos pela Companhia; nos anos 40, eram cerca de 400 crianças ali educadas sem interferência no labor dos pais.

Durante a gestão de Manuel Cardoso Martins é inaugurada a Escola Primária com o seu nome, em Antime, com sopa grátis e materiais escolares distribuídos gratuitamente. A também denominada Escola do Bairro abriu em 17 de setembro de 1932 e fechou em 1956 (cedida à Câmara Municipal para escola oficial) (Coimbra, 2016).

A obra humanitária prossegue: em 1933 instala-se um balneário na fábrica para despiolhamento; em 1934, abre-se outra creche; em 1935, é inaugurada a obra *Auxílio às Mães* – onde se educavam, alimentavam e deixavam os filhos entregues a quem cuidava deles; em plena 2.^a Guerra Mundial, no ano de 1943, abriu a Cozinha Económica, onde eram fornecidas refeições variadas e a preços reduzidos. A assistência médica permanente é exercida por clínicos privativos da Companhia.

A habitação é outra valência da Fábrica do Ferro; depois do Bairro da Cruz, no anos 30, em abril de 1944 abre mais um bairro operário: 20 das 150 casas no

Bairro de S. Jorge, obedecendo a três tipos de cinco e sete divisões, com água encanada, luz elétrica, quartos espaçosos, cozinha e quarto de banho. Mas apenas metade foram construídas. Nos anos 40 do século XX, a unidade fabril empregava cerca de 1300 operários, proclamava o *Almanaque Ilustrado de Fafe* (anos 40 e 50) – cit. por Coimbra, 2016, p. 347):

Especialidade em bretanhas, panos brancos para lençóis, morins finíssimos e em todos os demais artigos branqueados. Atoalhaos, panos de felpa, lenços, patentes cruas, lonas, sarjões, zefires, lavrados, setins, gabardines, crepons, zenelas para guarda-sois, sarjas e estamparias para flanelas, cutins, fustões, etc. Fiação especial de algodão Egipto, para as fábricas de artefactos de malha, tanto em massaroca como em meadas. Tecidos crus e brancos, urdidura e tramas, desde o n.º 6 a 80. Os produtos desta fábrica destinam-se ao Continente, Ilhas e Colónias.

Nos anos 50/60 do século XX, empregava perto de 2000 operários e a energia elétrica necessária provinha de central elétrica própria, chegando a ter uma sólida cotação de ações na bolsa nacional.

Coimbra (2016, p. 349) informa que, depois de um incêndio que destruiu parte das instalações, em dezembro de 1994, a partir de 1999 fica ligada à família Valentim Loureiro – designando-se Companhia de Fiação e Tecidos do Ferro, Lda. No entanto, a falência foi uma realidade em julho de 2008. O que resta? O bairro operário, a casa do pessoal e equipamentos sociais construídos pela empresa ao longo do seu arco temporal. “Permanecem vivas as memórias, as tradições, a cultura e a identidade de uma zona mítica e marcante de Fafe dos séculos XIX e XX” sob a égide do Grupo Desportivo e Cultural “Leões do Ferro”.

4.4 A presença de *brasileiros* na inauguração do caminho-de-ferro Guimarães – Fafe (1907)

A construção do caminho-de-ferro de Guimarães a Fafe (22 quilómetros) provém de 1871, mas é em 1891 que o Governo autoriza a construção de via estreita à Companhia do Caminho-de-Ferro de Guimarães, “sem garantia de juro ou subsídio ou outro encargo para o Estado (Alves, 2007, p. 450)”. O deputado fafense João Alves Vieira de Castro (futuro monsenhor Vieira de Castro) apresenta,

individualmente, em 1899, um projeto de lei para a construção e exploração da linha férrea Guimarães-Fafe, aprovação obtida na Câmara dos Pares no mesmo ano. O lanço foi inaugurado em 21 de julho de 1907 com um programa organizado por uma comissão formada, em grande parte, por *brasileiros torna-viagem*: Florêncio Alves Vieira de Castro, João Leite de Castro, José Leite Saldanha Castro, Artur Vieira de Castro, comendador Albino de Oliveira Guimarães, João Soares de Oliveira, Miguel Gonçalves da Cunha, Bernardino da Cunha Mendes, José Alves de Freitas e José Joaquim Fernandes Ribeiro (Coimbra, 2016). Destaca-se o comendador Albino O. Guimarães num grupo de ilustres de Fafe, líderes do partido monárquico local, numa altura em que os ventos da República portuguesa já pairavam no ar.

Não podemos olvidar a mais-valia que Fafe e os concelhos circundantes obtiveram nas áreas do comércio, indústria e até a agricultura, incluindo a mobilidade para manifestações desportivas, festas e eventos que requeriam este meio de transporte coletivo e o contributo dos *brasileiros* que não se terá cingido à organização do programa da chegada do comboio. Entrosados nas elites locais e nas tertúlias da cidade do Porto, terão constituído um *lobby* junto dos influentes no poder central.

Outra curiosidade tem a ver com a atual avenida 5 de outubro aberta após a viagem inaugural, mas ainda em 1907, artéria onde, em 1913, seria inaugurado o edifício dos Paços do Concelho. A linha encerrou em 1986, transformando-se dez anos depois numa pista de cicloturismo entre Fafe e Fareja - cerca de oito quilómetros -, e a ex-estação serve, atualmente, a empresa Indáqua Fafe (Coimbra, 2016).

5. O futuro com a promoção da rota da saúde

É perceptível que há muito ainda por fazer no domínio da imagem de Portugal em relação ao mercado brasileiro. Há necessidade de os gestores do turismo nacional perceberem a importância deste público-alvo, a perceção das suas necessidades e exigências, da sua segmentação, aliada ao avanço das novas tendências na esfera global. No caso de Fafe, tendo como referência a cidade do Porto - procurada pelos brasileiros também na esfera dos antepassados -, será fundamental fornecer elementos das famílias de brasileiros de Fafe.

Em todos estes itens, nota-se a presença da internet como fator primordial de acesso às informações, em conformidade com as teorias do aumento exponencial das tecnologias de informação atuais. O turista que chega ao Porto possui rendimentos altos e um consumidor que já faz as suas pesquisas e compras através da internet, o que, efetivamente já seria um alerta para as agências de viagem e operadores turísticos mais convencionais. A seguir, a televisão como importante canal, provavelmente pela influência da mesma nos media do Brasil.

No estudo de Melo (2013) percebeu-se que bastantes itens eram pouco conhecidos pelo turista brasileiro, nomeadamente os festivais, o património natural, as praias, as estradas e as associações do país como destino de relaxamento, natureza, negócios, compras, golfe e a modernidade. Se sucedem estas lacunas, masi uma forte razão para a introdução das famílias e lugares de *brasileiros*.

Um enorme desafio despertado por Melo (2013, pp. 88-89), que validamos, é a implementação de ações de amplitudes diversas e nos multicanais. Estas novas ações devem visar o reforço do país como um destino apelativo ao mercado brasileiro. Algumas destas ações são mencionadas a seguir: i) novas políticas para o turismo em Portugal, adotando modelos de ações que visem o fortalecimento de diferenciação única do produto Portugal; ii) integração e acordos entre os setores, público e privado de modo a preparar o produto como um todo (não numa ótica de regiões), o mais integrado possível; iii) repensar a perspetiva que englobe o contexto nacional, regional e local; iv) desenvolvimento de maior impacto nos sites institucionais, com possibilidades de comercializar o produto no próprio site; v) a diversificação de produtos conduzirá a possibilidades de ofertas complexivas e dinâmicas; vi) ajudar os operadores turísticos a repensar o produto, conforme uma “fábrica de produtos”, tais como, produtos possíveis de se organizar de uma maneira “feita à medida” (*taylor-made*), outros já compostos e produtos com características específicas para as “novas formas de consumo”, em resposta a motivações singulares de certos nichos; vii) incentivo à formação profissional na área do turismo, criação e reforço de projetos e acordos educacionais entre as entidades de ambos países; viii) programas voltados para o marketing experiencial, como o ‘Prove Portugal’ (ou “Taste Portugal”) dispõem da oportunidade do turista poder fazer um turismo de gastronomia e culinária,

estando em contacto com a diversidade e tradição dos produtos portugueses. Este tipo de programas já contemplam o princípio da transformação atual de uma sociedade da informação para uma sociedade emocional que busca experiências; ix) criação de mais parcerias, como o ano do Brasil em Portugal e vice-versa, parcerias em projetos, cinemas, museus, enfim, a correlação entre a cultura e o turismo. Atividades de intercâmbio cultural com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países. O intuito de apresentar “Portugal agora”, moderno e criativo, é uma das vertentes que compõe a programação apresentada no Brasil. A própria criação da marca simboliza a relação dos países irmãos, sem fronteiras no espaço e no tempo, através das cores do Brasil e de Portugal em intercâmbio.

Programas voltados ao marketing experiencial, como o “Prove Portugal” (ou “Taste Portugal”) dispõem da oportunidade de o turista poder fazer um turismo de gastronomia e culinária, estando em contacto com a diversidade e tradição dos produtos portugueses. Este tipo de programas já contemplam o princípio da transformação atual de uma sociedade da informação para uma sociedade emocional que buscam experiências. O leque de oportunidades deve ser avaliado com o intuito de desenvolver programas direcionados aos diversos segmentos. Este tipo de programa de ações favorece criações de parcerias, pública e privada, com o propósito de divulgar a gastronomia e os produtos do país. A criação de mais parcerias, como o ano do Brasil em Portugal e vice-versa, parcerias em projetos, cinemas, museus, enfim, a correlação entre a cultura e o turismo. Atividades de intercâmbio cultural com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países. O intuito de apresentar “Portugal agora”, moderno e criativo, é uma das vertentes que compõe a programação apresentada no Brasil. A própria criação da marca simboliza a relação dos países irmãos, sem fronteiras no espaço e no tempo, através das cores do Brasil e de Portugal em intercâmbio (Melo, 2013).

Fafe dos *brasileiros* integra-se nestas premissas, podendo detalhar-se na sua promoção: i) o desenvolvimento económico, social, cultural e institucional da vila em finais do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX; ii) o sentimento de pertença e orgulho das memórias dos *brasileiros*; iii) a proteção e a valorização da valiosa herança arquitetónica do *brasileiro torna-viagem*; iv) a criação um produto turístico-cultural de qualidade, captando mais-valias da proximidade de importantes polos turísticos, designadamente Porto, Guimarães e Braga.

Conclusão

A legislação, os inquéritos e os relatórios produzidos prioritariamente no século XIX colidia com os interesses dos governantes, pois, a emigração era um pesadelo contra os seus próprios interesses como cidadãos e proprietários.

O capítulo 2 - *O brasileiro: ridículo e outras coisas mais... visão dos literatos* -, impõe nomes como Camilo Castelo Branco (percebendo-se a sua ironia contra os *brasileiros* pelo facto de o marido de Ana Plácido, sua mulher, ser um deles) e Eça de Queirós que, como diplomata, acaba por suavizar as suas vociferações na escrita, pelas realidades que foi identificando em outros povos. Júlio Dinis e Teófilo Braga são defensores dos *brasileiros* que se preocupam com a educação dos filhos, nomeadamente em França, Bélgica e Suíça.

Ousamos designar a cidade de Fafe como *a Capital da arquitetura dos "brasileiros"* – parafraseando alguns autores que escrevem sobre o município -, relevando um evento anual autárquico (em anos não pandémicos), *Fafe. Terra Justa*, que catapulta a terra para a sustentação da sua identidade, onde se inclui a afirmação inicial.

Dos objetivos traçados, cumpridos e a concretizar, emergem: g) Contribuir para o reconhecimento da memória *brasileira* mediante o estabelecimento de roteiros: R1 - As habitações dos *brasileiros*; R2 - Espaços religiosos, de assistência, sociais, culturais e de lazer; R3 - Património industrial; h) Sensibilizar a Câmara Municipal para a elaboração de *flyers* para distribuir nos alojamentos hoteleiros dos municípios mais importantes do Vale do Ave, Braga e Porto; i) Contribuir para a organização de eventos dirigidos aos mesmos espaços geográficos e cidades brasileiras onde se estabeleceram os emigrantes portugueses, utilizando as ferramentas da nova era tecnológica. É a parte mais importante do estudo e que compreende o capítulo *Roteiros para a eleição da memória dos brasileiros*, cruzando-se com *O futuro com a promoção da rota da saudade*.

As doações permanentes realizadas pelos *brasileiros* de torna-viagem para auxiliar o trabalho desenvolvido pelas Irmandades da Misericórdia e pelos Hospitais foram uma marca identitária dos *brasileiros*. As casas de *brasileiros* são

utilizadas como espaço de férias, de sociabilidade, representando os seus proprietários simultaneamente “presentes e ausentes de cá e de lá.

O ecletismo é dominante, retratando um gosto pelos *chalets* construídos nas zonas balneares, como Espinho ou Cascais, com influência da região de Arcachon (França). É o resultado também do *Grand Tour* onde adquirem experiências e conhecimentos para as suas casas. Indo a banhos para a Foz do Douro ou Granja (Espinho) replicam os gostos da burguesia com quem convivem.

O Norte de Portugal - região das principais evidências da saída e do retorno do *brasileiro* - é um exemplo desta sociabilidade, entre outros influxos. Tudo isto para além da influência do estilo imperial dominante no Brasil. O movimento de Arte Nova surge nas construções do meio rural, refletindo a influência do gosto pelos *chalets* de praia.

O enorme desafio é implementar ações de amplitudes diversas e nos multicanais. Estas novas ações devem visar o reforço do país como um destino apelativo ao mercado brasileiro, designadamente a cidade de Fafe.

Destarte, não se dá por terminada a tarefa, nomeadamente a elaboração de dois artigos assim denominados: *As coordenadas artísticas na arquitetura brasileira em Fafe*; e *Fafe e os roteiros da memória dos brasileiros* onde está presente o empreendedorismo industrial *brasileiro*, emergindo as fábricas do Bugio e do Ferro, sinónimo de desenvolvimento económico e retirada de muitas famílias dos parques réditos da agricultura.

Referências bibliográficas

- Alves, J. F. (1993). *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Edição do Autor.
<https://hdl.handle.net/10216/7036>
- Alves, J. F. (2004). O brasileiro oitocentista - representações de um tipo social. In B. M. D. Vieira (Orgs.). *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX* (pp.193-199). ISCTE (C.E.H.C.P.).
- Alves, J. F. (2017). As migrações na historiografia portuguesa (1779-1974). In S. C. Matos & M. Isabel (Orgs.). *História e Res Publica nos dois últimos séculos* (pp. 217-239). Centro de História da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta.
- Alves, M. (2000.a). *Migrantes, emigrantes e brasileiros (1834-1926). Territórios, itinerários e trajetórias*. Ed. do autor.
- Alves, M. (2000.b). Representações materiais do brasileiro e construção simbólica do retorno. *Revista Camões*, n.º 11, 100-119.
- Alves, M. (2007). O Museu da Emigração e os “Brasileiros” do Rio: o público e o privado na construção de modernidade em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras História, Porto, III Série*, vol. 8, 443-458.
- Antunes, M. L. M. (1981). Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português. *Análise Social*, vol. XVII (65), 1.º, 17-27.
- Batista, E. M. C. (2012). *Da emigração entre continentes em Eça de Queirós: da correspondência consular à obra literária* [Tese de doutoramento].
<http://hdl.handle.net/10400.13/664>
- Brito, R. J. F. (2016). O brasileiro como tipo português: o uso de um estereótipo cultural na reflexão sobre a sociedade portuguesa em As Farpas (fevereiro de 1872)”. *Revista História e Cultura, Franca*, v. 5, n.º 3, 347-363.
- Coimbra, A. F. (2016). *Fafe. A terra e a memória* (2.ª edição). Edição de autor.
- Dias, L. A. A. (2015). *Pelas casas dos “brasileiros”, um roteiro com história* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais.
- Dias, J. (1955). Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português. *Revista de Antropologia*, 3 (1), 1-20.
<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1955.110324>

- Fernandes, P. S. (2013). Legados que atravessam mares protegendo pobres na Misericórdia de uma terra lusa: a utilização dos bens dos “brasileiros” na Misericórdia de Penafiel na Idade Moderna. **In** M. M. L. Araújo, A. Esteves, J. A. Coelho, R. Franco **(Orgs.)**. *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência* (pp. 35-54). CITCEM - Universidade do Minho (Portugal), Fundação Getúlio Vargas (Brasil).
- Ferraria, M. J., Amorim, P., Rocha, P. R., Rodrigues, B., Salgado, C., Ferreira, D., Barros, P., Braga, S. & Oliveira, S. (2009). *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)* (1.^a edição). Coleção Portugueses no Mundo. Cepese. Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Galvanese, M. S. (2019, Sept./Dec. Epub Sep 23). Criação e fracasso de um projeto Sá da Bandeira e a tentativa de regulamentar a emigração portuguesa para o Brasil (1835-1843). *Varia história*, vol. 35, n.º 69. Belo Horizonte.
<https://doi.org/10.1590/0104-87752019000300006>
- Igreja de São Pedro de Miragaia. *Património Cultural: Direção-Geral do Património Cultural*.
URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73009/>
- Lisboa, W. T. (2009, jul-dez). Selvagens, brutos ou heróis? Os brasileiros de torna-viagem e a construção identitária do Brasil em Portugal. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS*, vol. 1, n.º 2, 94-104.
- Magalhães, A. (2013). Vianenses no Brasil, brasileiros em Viana. Do sucesso económico ao reconhecimento local através da Santa Casa da Misericórdia (séculos XVII – XVIII). **In** M. M. L. Araújo, A. Esteves, J. A. Coelho & R. Franco **(Orgs.)**. *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*. CITCEM - Universidade do Minho (Portugal), (pp. 17-34). Fundação Getúlio Vargas (Brasil).
- Martozzi, M. (2016). *Portugueses de torna-viagem. A representação da emigração na literatura portuguesa* [Tese de doutoramento não publicada]. Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

- Mattoso, J., Daveau, S. & Belo, D. (2010). *Portugal. O sabor da terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões* (2.ª edição). Temas e Debates. Círculo de Leitores.
- Melo, C. C. (2013). *Imagem do Destino Turístico: Portugal no Mercado Brasileiro* [Dissertação de mestrado não publicada]. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Neto, A. (2009). Os brasileiros de Paredes – dois percursos de beneficência e esquecimento. *Academia-edu*, 503-515.
<https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/nas-duas-margens-os-portugueses-no-brasil/os-brasileiros-de-paredes-2013-dois-percursos-de-beneficencia-e-esquecimento>
- Neto, A. (2016.a). As casas de *brasileiros*: os movimentos e a construção de itinerários no norte de Portugal. *Êxodos, Conto e recontos*, n.º 13, 557-573.
- Neto, A. (2016.b). Casas de “brasileiros”: uma reflexão crítica. *In Memoria e historia en los museos ibero-americanos*.
https://www.researchgate.net/publication/325119733_CASAS_DE_BRASILEIR_OS_UMA_REFLEXAO_CRITICA
- Ramos, D. (2008). Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ensaio134*, 133-153.
- Rodrigues, J. C. M. (2019, octubre-diciembre). A Rota do Património Industrial no Vale do Ave (Norte de Portugal) numa nova tendência do turismo. *Revista Pasos. Turismo y Patrimonio Cultural*, 17, n.º 5, 989-1003.
<https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.070>. ISSN 1695-7
- Silva, S. S. (2014). A emigração para o Brasil vista por intelectuais e literatos portugueses (séculos XIX-XX). *In Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul* (pp. 390-417). CEPESE.
- Sousa, A. (2007). *A variante portuguesa do classicismo imperial brasileiro*. Editora Universitária/UFPB.
- Sousa, F. (Org.) (2009). *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)* (1.ª ed.). Fronteira do Caos Editores, Lda. e Cepese.